

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VALÉRIA INÊS SCHIAVO

**NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DO
CONTEÚDO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS EMPRESAS DA
REGIÃO SUL DO BRASIL LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

CAXIAS DO SUL

2017

VALÉRIA INÊS SCHIAVO

**NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DO
CONTEÚDO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS EMPRESAS DA
REGIÃO SUL DO BRASIL LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Ma. Sinara
Jaroseski

Orientador TCC II: Prof. Ms. Fernando
Andrade Pereira

CAXIAS DO SUL

2017

VALÉRIA INÊS SCHIAVO

**NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DO
CONTEÚDO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS EMPRESAS DA
REGIÃO SUL DO BRASIL LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Ma. Sinara
Jaroseski
Orientador TCC II: Prof. Me. Fernando
Andrade Pereira

Aprovado (a) em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Me. Fernando Andrade Pereira
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Esp. Graciela Bavaresco da Silva
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Ma. Luciani da Silva Muniz
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico este trabalho aos meus pais, que estiveram presentes em todos os momentos da minha vida, sempre me apoiando e incentivando e não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde, força e coragem para enfrentar os inúmeros obstáculos presentes em minha vida, sendo o meu alicerce nos momentos difíceis e por sempre me indicar os melhores caminhos a serem seguidos e permitir a concretização deste sonho.

Aos meus pais Luiz e Inês e ao meu irmão Vanderlei que nunca me deixaram desistir dos meus sonhos e não mediram esforços para realização da minha formação acadêmica sempre com muita dedicação e amor.

Aos meus orientadores Prof. Ma. Sinara Jaroseski e Prof. Ms. Fernando Andrade Pereira, pela competência, dedicação e paciência com que realizaram seus trabalhos, sendo exemplos de pessoas e profissionais.

A todos os meus familiares, em especial a minha cunhada Lícia e a minha prima Adalene, pela enorme contribuição para a realização deste estudo, pelos seus valiosos ensinamentos e amizade e pelo carinho e atenção dedicados.

As minhas amigas de longa data, Daiane, Fabiana, Iradi, Isabela, Patrícia e Tainá por estarem ativamente em meu cotidiano, sendo minhas parceiras em todos os momentos, por todos os seus conselhos e pela compreensão nas minhas ausências.

As minhas colegas do curso de Ciências Contábeis que fizeram as noites muito mais divertidas e agradáveis durante estes anos, pelo companheirismo e aprendizado.

E por fim, a todos que de uma forma ou de outra estiverem presentes e possibilitaram a realização deste sonho.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

RESUMO

Diante de um cenário econômico desfavorável, que vêm desde a crise financeira mundial de 2008, os usuários da contabilidade passaram a exigir informações financeiras transparentes e detalhadas em relação às organizações bem como, questionar a qualidade da auditoria realizada nas entidades e a qualidade dos auditores independentes. Com o objetivo de tornar o relatório do auditor independente mais informativo, relevante e transparente, o IAASB aprovou um novo modelo de relatório de auditoria. O novo relatório apresenta alterações significativas em seu formato e em seu conteúdo e, dentre as mudanças nele contidas, a inclusão dos PAAs tem sido considerada como uma das mais importantes. Perante a este contexto, o presente estudo buscou analisar quais são os motivos que levam a comunicação dos principais assuntos de auditoria no novo relatório do auditor independente nas empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA. A fundamentação teórica teve como base as características da informação contábil; a auditoria independente, origem, evolução e normatização da técnica; o novo relatório do auditor independente, contexto para a mudança, alterações nas normas e adoção em outros países do mundo; as pesquisas realizadas sobre o tema e as características do mercado de capitais brasileiro. Em relação ao enquadramento metodológico, a pesquisa quali-quantitativa e descritiva, se deu por meio de análise documental e auxílio de ferramentas estatísticas para análise e tratamento dos dados. A amostra reúne as DFP referentes ao exercício de 2016 de 60 companhias com sedes na região sul do Brasil. Os resultados apontam que as entidades que obtiveram assuntos reportados como PAAs apresentaram 150 PAAs. Foram identificados 23 motivos diferentes que levaram a comunicação destes assuntos no novo relatório do auditor independente, sendo que Provisões, passivos e ativos contingentes foi o mais contemplado. Na análise da distribuição dos PAAs conforme segmento de listagem, estado e controle acionário, o segmento que apresentou maior média de PAAs foi o nível 1, o estado foi o Rio Grande do Sul e as companhias com maiores médias foram as estatais. Complementarmente, através dos resultados do teste estatístico de ANOVA, pode-se concluir que a quantidade de PAAs nos relatórios de auditoria não é um fator que influencia o desempenho econômico-financeiro das empresas.

Palavras-chave: Usuários da contabilidade. Novo relatório do auditor independente. PAAs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais assuntos de auditoria.....	30
Figura 2 – Distribuição das empresas por estado	42
Figura 3 – Distribuição das empresas por setor de atuação.....	42
Figura 4 – Distribuição das empresas por segmento de listagem.....	43
Figura 5 – Distribuição das empresas por controle acionário	43
Figura 6 – Distribuição das empresas de auditoria independente	44
Figura 7 – Opiniões emitidas nos relatórios de auditoria independente.....	45

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Visão geral das mudanças no novo relatório do auditor independente ..	26
Quadro 2 – Mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria	27
Quadro 3 – Tipos de opinião modificada	31
Quadro 4 – Parágrafo de ênfase e parágrafo de outros assuntos	32
Quadro 5 – Segmentos de listagem da BM&FBOVESPA	37
Quadro 6 – Distribuição do PAAs por segmento de listagem	55
Quadro 7 – Distribuição do PAAs por estado	57
Quadro 8 – Distribuição do PAAs por controle acionário	59
Quadro 9 – Divisão das empresas em grupos para a realização do teste de ANOVA	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comunicação dos PAAs no novo relatório do auditor independente.....	46
Tabela 2 – Comunicação dos PAAs no setor de Bens Industriais	49
Tabela 3 – Comunicação dos PAAs no setor de Consumo Cíclico.....	50
Tabela 4 – Comunicação dos PAAs no setor de Consumo não Cíclico.....	50
Tabela 5 – Comunicação dos PAAs no setor Financeiro e Outros	51
Tabela 6 – Comunicação dos PAAs no setor de Materiais Básicos.....	52
Tabela 7 – Comunicação dos PAAs no setor de Utilidade Pública	53
Tabela 8 – Comunicação dos PAAs no setor de Saúde	54
Tabela 9 – Comunicação dos PAAs no setor de Tecnologia da Informação	54
Tabela 10 – Análise de Variância de um Fator em indicadores financeiros	63

LISTA DE SIGLAS

ANEFAC –	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
ANOVA –	Análise de Variância de um Fator
CETIP –	Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos
CFC –	Conselho Federal de Contabilidade
CODIM –	Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado
CPC –	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM –	Comissão de Valores Mobiliários
DFP –	Demonstrações Financeiras Padronizadas
DOU –	Diário Oficial da União
EC –	<i>European Commission</i>
FRC –	<i>Financial Reporting Council</i>
GC –	Governança Corporativa
IAASB –	<i>International Auditing and Assurance Standards Board</i>
IASB –	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGC –	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON –	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFAC –	<i>International Federation of Accountants</i>
IFRS –	<i>International Financial Reporting Standards</i>
ISAs –	<i>International Standards on Auditing</i>
NBC TA –	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria Independente
NRA –	Novo Relatório do Auditor Independente
PAAs –	Principais Assuntos de Auditoria
PCAOB –	<i>Public Company Accounting Oversight Board</i>
PwC –	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
RAI –	Relatório do Auditor Independente
US GAAP –	<i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	13
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2.1	Delimitação do tema	15
1.2.2	Definição da questão de pesquisa.....	16
1.3	OBJETIVOS	16
1.3.1	Objetivo geral	16
1.3.2	Objetivos específicos	17
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	CONTABILIDADE.....	19
2.2	AUDITORIA CONTÁBIL	20
2.2.1	Origem e evolução da auditoria independente	20
2.2.2	Auditoria independente	21
2.2.3	Normatização	22
2.2.4	Relatório de auditoria independente	24
2.3	NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	25
2.3.1	Contexto	25
2.3.2	NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	28
2.3.3	NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente	29
2.3.4	NBC TA 705 – Modificações na opinião do auditor independente	30
2.3.5	NBC TA 706 – Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente	32
2.4	A ADOÇÃO DO NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE....	32
2.5	ESTUDOS REALIZADOS SOBRE O ASSUNTO	34
2.6	MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO.....	35
2.6.1	Conceito e características.....	35
3	METODOLOGIA	39

3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	39
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	40
4	ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1	AMOSTRA	41
4.2	PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	45
4.2.1	Distribuição dos PAAs por setor de atuação	48
4.2.2	Distribuição dos PAAs por segmento de listagem, estado e controle acionário	55
4.3	DADOS ESTATÍSTICOS	60
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	64
5.1	CONCLUSÕES	64
5.2	RECOMENDAÇÕES	67
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE A – EMPRESAS COM SEDES NA REGIÃO SUL DO BRASIL LISTADAS NA BM&FBOVESPA.....	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Diante de inúmeras incertezas econômicas, que vêm desde a crise financeira mundial de 2008, é cada vez mais comum a demanda do mercado por informações financeiras transparentes e detalhadas em relação às organizações (FRC, 2015). Assim sendo, a confirmação quanto à realidade econômico-financeira, é capaz de aumentar a credibilidade e alavancar os negócios das entidades (ATTIE, 2011).

A auditoria independente tem a finalidade de aumentar o grau de confiança dos usuários da contabilidade, através da emissão de um relatório sobre as demonstrações contábeis da empresa auditada, a fim de assegurar se estas foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade e legislação específica aplicável. (LINS, 2014). Dessa forma, a auditoria independente é uma técnica que oferece uma opinião imparcial sobre as demonstrações contábeis, para que elas possam cumprir com o principal objetivo da contabilidade, que é de fornecer informações úteis para a tomada de decisões.

“A auditoria independente pode ser exigida por disposições legais ou determinação de órgão reguladores.” (PEREZ JUNIOR, 2012, p.4). A Lei 6.404/76 determina que as companhias abertas devem ser, obrigatoriamente, auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS, *International Financial Reporting Standards*) causou alterações na Lei 6.404/76, as mudanças estão contidas na Lei 11.638/2007 e, no que tange a obrigatoriedade da auditoria independente, as sociedades de grande porte estão sujeitas as mesmas disposições das companhias abertas.

Na auditoria, o Brasil aderiu tanto às normas internacionais de contabilidade (IFRS) do *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como as normas internacionais de auditoria (ISAs, *International Standards on Auditing*) emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração (IAASB, *International Auditing and Assurance Standards Board*) da Federação Internacional de

Contabilidade (IFAC, *International Federation of Accountants*). (LONGO, 2015). Quanto às mudanças na atividade de auditoria, Crepaldi (2016) assim enfatiza:

A atividade de auditoria é bastante dinâmica e está em permanente mutação, o que requer maior atenção dos órgãos específicos ligados a essa área, no sentido de padronizar e estabelecer os procedimentos, fortalecer o sistema de auditoria e mercado de capitais, dando como consequência maior segurança para os investidores, notadamente os pequenos, nas companhias de capital aberto. (CREPALDI, 2016, p.8).

Neste sentido, o trabalho dos auditores independentes, no atual cenário brasileiro, marcado pela crise econômica e pela corrupção, ganha maior relevância, visto que ele deve responder aos anseios da sociedade por *compliance* (agir em linha com as normas, controles internos e externos), transparência, ética e probidade. (IBRACON, 2016).

Em meio a este cenário desfavorável e com o objetivo de tornar o relatório do auditor independente mais informativo e esclarecedor, o IAASB aprovou um novo modelo de relatório do auditor, que deve ser adotado no Brasil nas auditorias de demonstrações contábeis para períodos que se encerram em 31 de dezembro de 2016, ou após essa data. Com essas mudanças, as auditorias de demonstrações contábeis estão sujeitas a um novo conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente (NBC TA). (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Destarte, “[...] o novo relatório está alinhado com as normas internacionais e brasileiras de auditoria e mantém a profissão em linha com o cenário internacional atual.” (IBRACON, 2016, p.1). Ele agrega também, maior transparência à entidade auditada, oferecendo uma visão mais abrangente dos assuntos que antes eram restritos à administração e a governança da entidade. (IBRACON, 2016, p. 12).

Diante do exposto, entende-se que o tema apresentado é de grande importância, para fins acadêmicos e científicos, por expor um assunto novo, que está começando a ser discutido, o que permite novas abordagens e contribuições, justificando-se plenamente a sua realização.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

1.2.1 Delimitação do tema

A contabilidade tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações que sejam úteis para a tomada de decisões, através do estudo e do controle do patrimônio das empresas. (QUINTANA, 2014). Os usuários das informações contábeis “[...] compreendem todas as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade. ” (RIBEIRO, 2013, p. 4).

Para atender as necessidades dos seus usuários, a contabilidade utiliza inúmeras técnicas, tais como a escrituração, as demonstrações contábeis, a auditoria, a análise de balanços e a consolidação de balanços. (RIBEIRO, 2013). O desenvolvimento da técnica da auditoria ocorreu em função da necessidade dos usuários da informação contábil de contar com uma opinião independente e objetiva, que agregasse credibilidade e confiabilidade às manifestações feitas pela administração. (CREPALDI, 2016).

A auditoria pode ser utilizada como uma ferramenta de confirmação da contabilidade, visto que, ela procura determinar se as demonstrações contábeis com seus respectivos registros merecem ou não confiança. (CREPALDI, 2016). Os usuários da contabilidade estão buscando, cada vez mais, respaldo na opinião do auditor independente, contudo, o conteúdo do relatório de auditoria, antes das mudanças aprovadas pelo IAASB, não atendia completamente as necessidades informacionais dos seus interessados, pelo fato de utilizar um modelo com informações comuns e padronizadas a todas as companhias. (OLIVEIRA, 2015).

Neste contexto, o novo relatório do auditor independente veio para atender as solicitações e os anseios dos usuários, dado que ele fornece mais do que uma opinião de aprovação ou reprovação. Houveram alterações em seu formato e em seu conteúdo, possibilitando ao auditor fornecer mais transparência sobre o seu trabalho, as suas responsabilidades e as responsabilidades da administração, além de fornecer, para as companhias listadas na bolsa, a comunicação dos principais assuntos de auditoria (PAAs). (KPMG, 2015). A exigência da inclusão dos PAAs se dá apenas para empresas que negociam ações na Bolsa de Valores, porém seu cumprimento é recomendado para as demais entidades.

A inclusão dos PAAs no novo relatório do auditor independente (NRA) fornece aos usuários das demonstrações contábeis informações adicionais, a fim de auxiliá-los no entendimento de assuntos que, de acordo com o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância no processo de auditoria. Além disso, essa comunicação pode ajudar os usuários a entender a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Neste sentido, este estudo busca analisar a inclusão dos PAAs no novo relatório do auditor independente nas empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA, dado que a inserção dos mesmos é considerada como uma das principais mudanças do relatório de auditoria. A região sul, por sua vez, ocupa a segunda posição em número de empresas com ações na BM&FBOVESPA e exerce grande influência na economia do país. Dentre as 449 empresas listadas na BM&FBOVESPA em 2016, que devem seguir o novo modelo do relatório do auditor independente, 63, têm suas sedes na região Sul, cerca de 14,03% do total, sendo que, 29 entidades possuem suas sedes no Rio Grande do Sul, 21 em Santa Catarina e 13 no Paraná.

1.2.2 Definição da questão de pesquisa

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Quais são os motivos que levam a comunicação dos principais assuntos de auditoria no novo relatório do auditor independente nas empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA, com base nas demonstrações contábeis referentes a 31/12/2016?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar quais são os motivos que levam a comunicação dos principais assuntos de auditoria no novo relatório do auditor independente nas empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA, com base nas demonstrações contábeis referentes a 31/12/2016.

1.3.2 Objetivos específicos

- Fazer o levantamento bibliográfico relacionado a auditoria independente;
- Apresentar as empresas do estudo, os setores de atuação em que estão inseridas, os segmentos de listagem que pertencem, o controle acionário, as empresas contábeis de auditoria que auditam estas entidades e as opiniões emitidas por elas;
- Identificar quais foram os PAAs nos relatórios de auditoria independente das empresas do estudo;
- Realizar uma comparação entre os PAAs dos relatórios de auditoria independente das empresas do estudo com os PAAs das empresas dos estudos realizados no Brasil e no Reino Unido;
- Apresentar uma análise da distribuição dos PAAs conforme o setor de atuação, segmento de listagem, estado e controle acionário das empresas do estudo;
- Realizar uma análise da relação da eficiência econômica-financeira das empresas do estudo com a quantidade de PAAs reportados nos relatórios de auditoria independente.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada uma contextualização do tema, bem como a questão de pesquisa e os objetivos do estudo.

No segundo capítulo são apresentados aspectos teóricos e históricos pertinentes à contabilidade e à auditoria. Primeiramente, aborda-se a contabilidade e as suas características. Em seguida apresenta-se a origem e a evolução da regulamentação da auditoria, bem como as características desta técnica. Após, é feita uma explanação sobre as mudanças no relatório do auditor independente, assim como as normas brasileiras de contabilidade a este respeito. Para finalizar, discorre-se sobre as pesquisas realizadas sobre o tema e o mercado de capitais brasileiro.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada para a realização do estudo, além dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

No quarto capítulo é apresentada a análise dos relatórios de auditoria das empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA, verificando quais foram os motivos que levaram a comunicação dos PAAs no novo relatório do auditor independente e a distribuição dos PAAs por setor de atuação, segmento de listagem, estado e controle acionário. É apresentada também uma análise estatística dos dados obtidos

Ao final, no quinto capítulo, pretende-se atingir o objetivo principal da pesquisa, ou seja, apresentar as considerações finais do estudo sobre quais são os motivos que levaram a comunicação dos principais assuntos de auditoria no novo relatório do auditor independente nas empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aborda os principais assuntos que dão embasamento ao presente estudo. Para começar, aborda-se, brevemente, a contabilidade; conceito, objetivo e características da informação contábil. Em seguida, discorre-se sobre a auditoria independente, origem e evolução, bem como a normatização desta técnica. Na sequência, explana-se o novo relatório do auditor independente, contexto para a mudança e alterações nas normas. Para finalizar, apresenta-se uma pequena explicação da adoção do novo relatório de auditoria em outros países do mundo e as pesquisas realizadas sobre o tema, além das características do mercado de capitais brasileiro.

2.1 CONTABILIDADE

Segundo Quintana (2014) a contabilidade pode ser definida como a ciência que registra as transações ocorridas nas empresas e resume esses fatos em demonstrações e relatórios, para expressar a situação econômico-financeira das entidades, com o objetivo de fornecer um conjunto de informações capaz de auxiliar os usuários da contabilidade na tomada de decisões.

Conforme a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer, aos usuários em geral da contabilidade, informações que sejam úteis em suas avaliações e tomadas de decisões. Greco e Arend (2013) ressaltam que um dos objetivos implícitos da contabilidade é a apresentação de demonstrações e relatórios que contenham elementos informativos, considerados importantes no processo decisório.

Contudo, para ser útil, a informação contábil precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe. Logo, é desejável que ela conte com características como a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade, dado que, estas contribuem na melhoria da informação contábil-financeira. (RESOLUÇÃO CFC N.º 1374/11).

Inúmeros são os usuários das informações contábeis, com interesse na avaliação da situação patrimonial das entidades, que buscam na contabilidade as suas respostas. (MARION, 2015). Entre os usuários das demonstrações contábeis incluem-se os administradores das companhias, os acionistas, os investidores, s

reguladores, a imprensa, as instituições financeiras e até as empresas que tenham relações comerciais com a mesma. (IBRACON, 2015).

Attie (2011) destaca que a contabilidade foi a primeira disciplina desenvolvida para auxiliar e gerar informações ao usuário contábil e, a partir dela, formaram-se especializações como a auditoria, que é utilizada como uma ferramenta de confirmação da contabilidade.

2.2 AUDITORIA CONTÁBIL

2.2.1 Origem e evolução da auditoria independente

De acordo com Crepaldi (2016) a auditoria surgiu na Inglaterra no final do século XIII, porém só ganhou força com a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVII, com a evolução do sistema capitalista.

Almeida (2012) destaca que, com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, as empresas passaram a procurar meios para tornarem seus produtos e serviços mais competitivos no mercado. Frente a isso, a captação de recursos junto a terceiros, mediante empréstimos bancários e a abertura de capital social para novos acionistas, tornou-se uma alternativa para as entidades.

No entanto, os investidores precisam de informações para que eles possam avaliar seus futuros investimentos. As demonstrações contábeis contêm estas informações, porém, como medida de segurança contra a possibilidade de manipulação, os futuros investidores passaram a exigir que elas fossem avaliadas por um profissional independente da entidade, com reconhecida capacidade técnica. Neste sentido, a real necessidade da auditoria somente se manifestou a partir do estabelecimento do investidor capitalista que passou a exigir relatórios imparciais sobre a integridade de seu investimento e os resultados econômicos das empresas. (CREPALDI, 2016).

Perez Junior (2012) salienta que com a evolução da ciência contábil, a técnica de auditoria desenvolveu-se também, a ponto de ser um instrumento de orientação, interpretação e previsão de fatos, sendo dinâmica e em constante evolução.

No Brasil, o desenvolvimento da auditoria teve como principais influências o crescimento de filiais de empresas estrangeiras, o financiamento das atividades das

entidades brasileiras mediante às internacionais, o crescimento das companhias, a evolução do mercado de capitais, a criação das normas de auditoria em 1972, a criação da CVM e a criação da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas). (CREPALDI, 2016).

Em síntese, o surgimento e a evolução da auditoria estão fundamentados no desenvolvimento econômico dos países e no aparecimento de grandes empresas, que trouxeram a necessidade de confirmação das informações prestadas quanto à sua realidade econômico-financeira. (ATTIE, 2011).

2.2.2 Auditoria independente

De acordo com Lins (2014), a palavra auditoria tem origem da expressão latina *audire*, cujo significado é ouvir. Todavia os ingleses adotaram o conceito *auditing*, que é mais voltado para revisão e verificação. Sendo assim, auditoria, significa conferência, verificação, análise, avaliação e principalmente comunicação dos resultados dentro do objetivo ao qual ela se propõe, seja ela interna ou independente (externa).

Para Perez Junior (2012, p. 2) “[...] atualmente, auditoria pode ser definida como o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática das transações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade.” Logo, o objetivo da auditoria independente é aumentar o grau de confiança dos usuários, mediante a emissão de um relatório contendo a opinião do auditor quanto à adequação das demonstrações contábeis da empresa auditada, às normas e legislações aplicáveis no Brasil. (CREPALDI, 2016).

Portanto, o exame do conjunto das demonstrações contábeis tem a finalidade de avaliar se elas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia auditada e, assim, consequentemente aumentar o grau de confiança dos seus usuários. (IBRACON, 2015).

Em vista disso, a auditoria independente tem por objeto o conjunto de todos os elementos do controle patrimonial das empresas, sejam eles registrados documentalmente ou não, porém relacionados com patrimônio administrado pelas companhias auditadas. (CREPALDI, 2016).

Torna-se importante ressaltar que os serviços de auditoria podem ser classificados como internos ou externos e, dessa forma, surgem as figuras do

auditor interno e do independente. Conforme Ribeiro (2013) a auditoria interna é realizada por empregados da própria entidade e, sua principal função é auxiliar a organização a alcançar seus objetivos, por meio do exame, da avaliação e do monitoramento da adequação e efetividade do seu controle interno. Já, a auditoria independente ou externa, é realizada por profissionais que não tem vínculo empregatício com a empresa auditada, que são contratados para examinar as demonstrações contábeis e expressar sua opinião através do relatório de auditoria.

Cabe evidenciar que um aspecto importante na realização dos trabalhos de auditoria, são as normas que regulam essa técnica, visto que, elas devem ser observadas pelos auditores no exercício de suas funções.

2.2.3 Normatização

Com a internacionalização dos mercados, o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros e a formação de blocos econômicos, a necessidade de um conjunto de padrões contábeis internacionais que possibilitem aos usuários da contabilidade a comparação de informações entre as companhias, torna-se ainda maior. (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

O processo de globalização diminuiu as fronteiras econômicas entre os países e, “[...] nesse ambiente global, é inimaginável que os agentes econômicos pudessem continuar a conviver com diferentes normas contábeis e de auditoria.” (LONGO, 2015, p.3). Frente a isso, a harmonização das normas contábeis é um processo necessário e relevante para as empresas que operam em diversos países e possuem usuários internacionais. (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

No Brasil, o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade teve início com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução 1.055 de 07/10/2005. (ANTUNES *et al*, 2012). Contudo, as mudanças para o padrão internacional ocorreram formalmente com a edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram os dispositivos da Lei 6.404/76, modernizando a contabilidade e exigindo das empresas brasileiras a utilização dos pronunciamentos contábeis com base nas normas internacionais de contabilidade. (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012).

As normas de contabilidade em padrões internacionais, são denominadas IFRS (*International Financial Reporting Standard* – Normas Internacionais de Relatório Financeiro) e IAS (*International Accounting Standard* – Normas Internacionais de Contabilidade); e são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board* – Conselho de Normas Contábeis Internacionais). (ALMEIDA, 2014).

Na área de auditoria, o Brasil também aderiu as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs, *International Standards on Auditing*) emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração (IAASB, *International Auditing and Assurance Standards Board*) da Federação Internacional de Contabilidade (IFAC, *International Federation of Accountants*). (IBRACON, 2012).

Portanto, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) editadas pelo CFC, os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC e os assuntos regulatórios no Brasil, visam o alinhamento às Normas Internacionais de Contabilidade, às Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração e às melhores práticas internacionais em matéria regulatória. (LONGO, 2015).

Desse modo, as normas de contabilidade, bem como as de auditoria, são entendidas como as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil, em todos os países. No que tange a atividade de auditoria, tais normas têm por objetivo regulamentar o exercício da função do auditor, estabelecendo orientação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções. (CREPALDI, 2016).

Assim, com a harmonização das normas brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade, as informações contábeis tornaram-se comparáveis às produzidas por entidades situadas em países distintos, permitindo aos usuários a compreensão e a interpretação dos dados gerados por empresas de diferentes economias e tradições. (NIYAMA; SILVA, 2013).

Ainda, no ano de 2016, com intuito de manter a contabilidade alinhada com o cenário internacional atual e atender a uma demanda de usuários das informações financeiras, o Brasil aderiu a novas mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria (NBC TA). (IBRACON, 2016). As normas que compõem o conjunto, chamado de novo relatório do auditor independente, foram publicadas em 04/07/2016, no Diário Oficial da União (DOU), pelo Conselho Federal de Contabilidade. O NRA é constituído por normas convergidas das *International*

Standards on Auditing (ISAs), emitidas pela Federação Internacional de Contabilidade (IFAC, na sigla em inglês). (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016). As seis normas publicadas são:

- a) NBC TA 260 (R2) – Comunicação com os Responsáveis pela Governança;
- b) NBC TA 570 – Continuidade Operacional;
- c) NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis;
- d) NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente;
- e) NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente; e
- f) NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente.

Destarte, as auditorias de demonstrações contábeis para períodos que se findam em, ou após, 31 de dezembro de 2016, estão sujeitas a esse novo conjunto de normas. Sendo assim, buscando atingir os objetivos deste estudo, serão apresentadas as novas normas de auditoria, com maior ênfase nas normas da seção 700.

2.2.4 Relatório de auditoria independente

A emissão do relatório de auditoria acontece na fase final dos trabalhos do auditor independente e, durante esse período importante, eles revisam as evidências obtidas, para que, com base nelas, possam determinar qual opinião irão emitir. (STUART, 2014).

Segundo Perez Junior (2012), o relatório dos auditores independentes é o documento por meio do qual o auditor expressa sua opinião sobre a adequação ou não das demonstrações contábeis auditadas, em relação às normas estabelecidas para sua elaboração.

Lins (2014) destaca que o objetivo final de todo trabalho de auditoria é a emissão do relatório, onde o auditor expressa sua opinião sobre as demonstrações contábeis analisadas. Assim, o relatório dos auditores independentes é elemento importante para os usuários das demonstrações contábeis, na extensão que ele se

traduz em sinônimo de confiabilidade das informações prestadas pelas entidades. (CREPALDI, 2016).

No entanto, em busca de um melhor entendimento das demonstrações contábeis, os usuários da contabilidade passaram a exigir dos órgãos reguladores um relatório de auditoria mais informativo, transparente e esclarecedor, dado que as operações das entidades estão cada vez mais complexas e as demonstrações financeiras mais robustas. (OLIVEIRA, 2015).

2.3 NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

2.3.1 Contexto

A crise financeira de 2008, desencadeada por uma sucessão de falências de instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa, gerou uma certa descrença por parte dos usuários das informações contábeis, principalmente investidores e *stakeholders*, devido a não compatibilidade dos dados divulgados nos relatórios das empresas envolvidas na crise mundial com as suas realidades econômico-financeiras. (PwC, 2016).

Oliveira (2015) destaca que após muitos escândalos financeiros evidenciados no século XXI, causados por fraudes contábeis, os usuários da contabilidade em geral passaram a questionar a qualidade da auditoria realizada nas empresas, bem como a qualidade dos auditores independentes. Frente a isso, após um longo processo, que teve como principais motivos os vários problemas trazidos pela crise financeira internacional e a crescente complexidade dos relatórios financeiros, o IAASB desenvolveu um novo modelo de relatório de auditoria. (ALEXANDRE, 2016).

O novo relatório do auditor independente apresenta alterações significativas em seu formato e em seu conteúdo. (IBRACON, 2016). Tais mudanças têm por objetivo tornar o relatório de auditoria mais relevante e transparente, além de atender a uma demanda antiga de usuários das demonstrações contábeis, que por muito tempo solicitaram um relatório capaz de fornecer mais do que uma opinião de aprovação ou reprovação. (ALEXANDRE, 2016; KPMG, 2016).

As principais mudanças no relatório do auditor independente estão ilustradas no Quadro 1 da *PricewaterhouseCoopers* (PwC). (PwC, 2016).

Quadro 1 – Visão geral das mudanças no novo relatório do auditor independente

Seção	Descrição
Opinião	Mantém o conteúdo, transferindo o texto do fim para o início do relatório.
Base de opinião	Inclui declaração sobre a independência do auditor.
Incerteza material relacionada com a continuidade operacional (se aplicável)	Incerteza material em relação à continuidade operacional (going concern) descrita em uma seção separada (close calls).
Principais assuntos de auditoria	Nova seção requerida para auditoria de empresas listadas, nas demais entidades a divulgação é opcional.
Outras informações	Nova seção detalhando a responsabilidade do auditor sobre outras informações que acompanham as demonstrações financeiras (por exemplo: Relatório da Administração), e o resultado dos procedimentos aplicados sobre elas.
Responsabilidade da administração	Ampliada para incluir explicação sobre a responsabilidade da administração em relação à continuidade operacional.
Responsabilidade do auditor	Descrição mais abrangente das responsabilidades do auditor, inclusive com relação à continuidade operacional.

Fonte: PwC (2016, p. 16).

Assim, a partir do Quadro 1 verifica-se que a mudança no formato do relatório de auditoria está em sua reordenação, onde a opinião do auditor sobre a adequação das demonstrações contábeis passa a ser apresentada logo no início. (IBRACON, 2016).

Em relação ao conteúdo do relatório, várias alterações foram feitas. Ele foi aprimorado no que se refere a continuidade operacional das companhias, ficando claro que a responsabilidade pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando é de sua administração. Para companhias listadas em bolsa de valores, ele contempla ainda uma seção específica denominada principais assuntos de auditoria, espaço onde o auditor destaca os assuntos que, no seu julgamento profissional, foram considerados os mais relevantes durante a execução do trabalho de auditoria. Para finalizar, ele apresenta uma descrição aprimorada das responsabilidades da administração e do auditor, sendo que, esta seção contempla as principais características de uma auditoria e também a responsabilidade da administração em relação a continuidade operacional da empresa. (IBRACON, 2016).

Portanto, o novo relatório do auditor independente foi desenvolvido com foco na transparência, dado que, ele fornece divulgações quanto à ética e independência do auditor, às responsabilidades da administração e da auditoria independente, à continuidade operacional das companhias auditadas, além de informações adicionais sobre aspectos importantes do trabalho de auditoria. (DELOITTE, 2017).

Desse modo, as mudanças no relatório não alteram o escopo de trabalho da auditoria independente, todavia, proporcionam uma comunicação mais constante e eficiente entre os auditores, a administração e os órgãos de governança corporativa das empresas, e tornam o conteúdo do relatório específico para cada entidade (IBRACON, 2016).

Para um melhor entendimento do novo relatório do auditor independente, as mudanças nas normas de auditoria que deram origem ao relatório estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria

Sumário das mudanças nas normas de auditoria aplicáveis ao relatório do auditor independente	
NBC TA 260 (R2) (revisado) – "Comunicação com os Responsáveis pela Governança".	Esta norma prevê comunicações do auditor com os responsáveis pela governança, com relação as suas responsabilidades, o alcance da auditoria e as constatações significativas.
NBC TA 570 (revisado) – "Continuidade Operacional".	Estabelece requisitos para que o auditor possa avaliar a adequada aplicação da continuidade operacional e se há ou não dúvidas significativas em relação à capacidade da entidade continuar em operação.
NBC TA 700 (revisado) – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis".	Estabelece novos elementos no relatório, como a declaração explícita de independência do auditor em relação aos princípios éticos e a descrição aprimorada das responsabilidades da administração e do auditor, entre outros.
NBC TA 701 (novo) – "Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente".	Estabelece orientações para o auditor comunicar os assuntos que foram considerados os mais relevantes durante a execução do trabalho de auditoria, que foram comunicados aos responsáveis pela Governança e que agora devem ser incluídos no relatório das empresas listadas em Bolsa de Valores.
NBC TA 705 (revisado) – "Modificações na Opinião do Auditor Independente".	Esclarece como os elementos revisados da NBC TA 700 são afetados quando o auditor emitir uma opinião modificada no relatório de auditoria.
NBC TA 706 (revisado) – "Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente".	Esclarece a relação entre o parágrafo de ênfase, o parágrafo de outros assuntos e os principais assuntos de auditoria (previstos na NBC TA 701).

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Oliveira (2015); IBRACON (2016).

De acordo com o Quadro 2, o desenho e a flexibilidade das novas normas permitem que os auditores façam relatórios específicos para cada entidade auditada, com a possibilidade de descrever cada questão-chave da auditoria, o que garante maior consistência e comparabilidade para o relatório. (IBRACON, 2016).

Conforme mencionado anteriormente, será dada maior ênfase às normas da seção 700, estas serão esplanadas nas seções seguintes.

2.3.2 NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

A NBC TA 700, foi elaborada de acordo com a sua equivalente internacional ISA 700 da IFAC. Esta norma trata da responsabilidade do auditor independente ao formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, com base na avaliação das conclusões alcançadas pela evidência de auditoria obtida e da forma e do conteúdo do relatório de auditoria. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Para formar sua opinião, o auditor deve avaliar se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para isso, ele deve concluir se obteve segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Assim, quando o auditor concluir que as demonstrações contábeis foram preparadas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável, ele deve expressar uma opinião não modificada (limpa). No entanto, existem situações que o auditor deve modificar sua opinião, quando isso ocorrer, ele deve seguir as normas estabelecidas na NBC TA 705. (STUART, 2014).

A NBC TA 700 possui alterações relacionadas às responsabilidades da administração e do auditor independente. Na seção “Responsabilidades pelas Demonstrações Contábeis”, além dos elementos que já eram divulgados anteriormente, o auditor deve explicar, a responsabilidade da administração pela avaliação da capacidade da entidade de manter a continuidade operacional, se o uso da base contábil para essa avaliação é apropriado e divulgar, se aplicável, questões relacionadas a este assunto. Na seção “Responsabilidades do Auditor Independente pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”, deve haver uma

declaração explícita de independência do auditor em relação aos princípios éticos relevantes e de cumprimento dos demais requisitos aplicáveis do Código de Ética, além de aspectos relativos a continuidade operacional das empresas auditadas. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016; CODIM, 2016).

2.3.3 NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente

A NBC TA 701, também foi elaborada de acordo com a sua equivalente internacional ISA 701 da IFAC. “Esta norma trata da responsabilidade do auditor de comunicar os principais assuntos de auditoria em seu relatório sobre as demonstrações contábeis.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

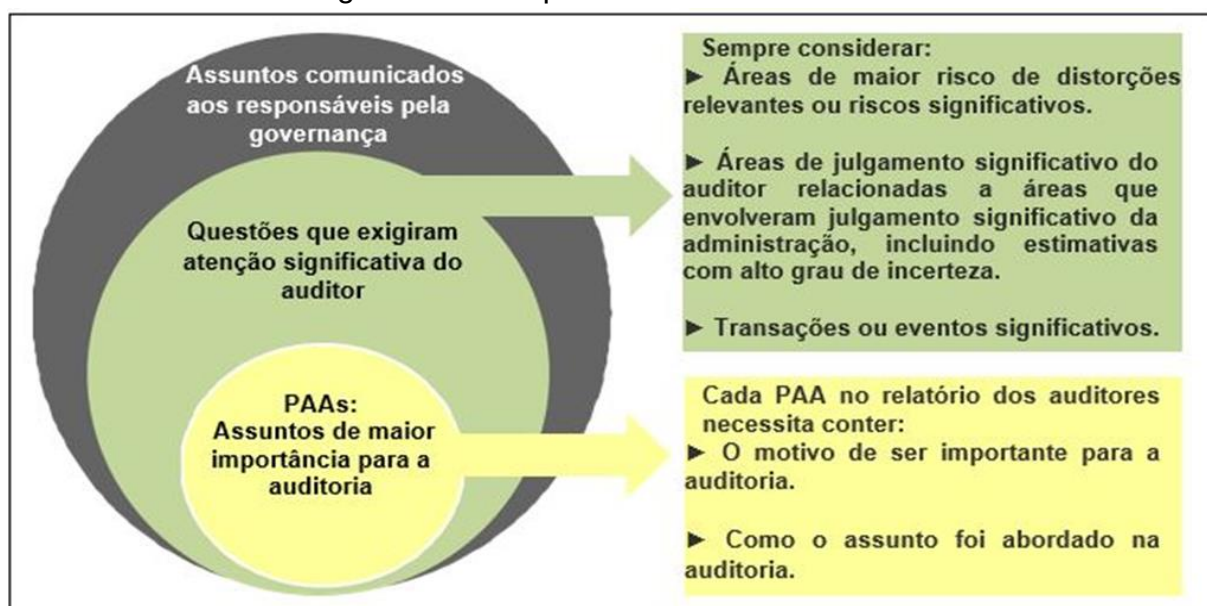
Em relação, a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente:

A comunicação dos principais assuntos de auditoria visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada. A comunicação dos principais assuntos de auditoria fornece informações adicionais aos usuários previstos das demonstrações contábeis, para auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. A comunicação dos principais assuntos de auditoria também pode ajudar os usuários das demonstrações contábeis a entender a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016, item 2).

Assim, os PAAs devem ser escolhidos dentro do universo de questões comunicadas aos responsáveis pela governança das entidades, e a sua comunicação ocorre no contexto em que o auditor formou sua opinião sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Todavia, a comunicação dos PAAs é obrigatória, apenas, para empresas listadas em bolsa de valores. (ALEXANDRE, 2016; CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Para melhor compreensão dos PAAs, a Figura 1 apresenta uma síntese da forma que é realizada a identificação destes assuntos, bem como a sua determinação e descrição no relatório de auditoria.

Figura 1 – Principais assuntos de auditoria



Fonte: Elaborada pela autora adaptada de CODIM (2016); ANEFAC (2016).

Vale ressaltar que a comunicação dos PAAs no relatório do auditor independente não substitui elementos como: a divulgação feita pela administração das demonstrações contábeis; a emissão de opinião modificada, quando necessário e a apresentação de relatório, quando existe incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional das entidades, além disso, esta seção não é uma opinião separada sobre os assuntos tomados individualmente. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Contudo, podem ocorrer situações que não existam assuntos a serem reportados como PAAs ou que os únicos principais assuntos comunicados são aqueles que dão origem à uma opinião modificada ou estão relacionados a uma incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade. Quando isto ocorrer, o auditor deve incluir uma declaração nesse sentido em seção separada do seu relatório, sob o título “Principais Assuntos de Auditoria.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

2.3.4 NBC TA 705 – Modificações na opinião do auditor independente

A NBC TA 705, foi elaborada a partir de sua equivalente internacional ISA 705 da IFAC. Esta norma trata da responsabilidade do auditor de emitir um relatório apropriado nas circunstâncias em que ele conclui que é necessária uma modificação

em sua opinião sobre as demonstrações contábeis. Trata também de como a forma e o conteúdo do relatório de auditoria são afetados quando é expressa uma opinião modificada. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Esta norma estabelece três tipos de opiniões modificadas: “Opinião com ressalva”, “Opinião adversa” e “Abstenção de opinião”. Deste modo, quando o auditor concluir que as demonstrações contábeis não estão livres de distorções relevantes ou quando verificar que não é possível obter evidências suficientes e apropriadas, ele deve modificar sua opinião. Contudo, os auditores decidem quais modificações são apropriadas com base na natureza e na generalidade do assunto. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016; STUART, 2014).

O Quadro 3 apresenta uma breve síntese dos tipos de opinião modificada no relatório de auditoria e as circunstâncias para a sua emissão.

Quadro 3 – Tipos de opinião modificada

Natureza do assunto que gerou a modificação	Julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis	
	Relevante, mas não generalizado	Relevante e generalizado
Demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, A1).

Conforme o Quadro 3, quando o auditor independente conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para formar uma opinião, porém concluir que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas, ou ainda quando não conseguir obter tais evidências e concluir que os possíveis efeitos de distorções não detectadas poderiam ser relevantes, mas não generalizados, ele deve emitir um relatório com ressalva. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016; ALMEIDA, 2012).

Todavia, quando ele conseguir obter todas as evidências necessárias e concluir que as demonstrações contábeis apresentam distorção relevante, ele deve emitir um relatório adverso. (LONGO, 2015).

A abstenção de opinião ocorre quando o auditor não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e conclui que os efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações financeiras, poderiam ser relevantes e generalizadas. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

2.3.5 NBC TA 706 – Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente

A NBC TA 706, também foi elaborada a partir de sua equivalente internacional ISA 706 da IFAC. Esta norma trata de comunicações adicionais que devem ser incluídas no relatório de auditoria. Estas comunicações devem ser feitas quando o auditor considerar necessárias, para chamar a atenção dos usuários para assuntos apresentados ou divulgados nas demonstrações contábeis, bem como para quaisquer assuntos que não constem nas mesmas, mas que, no entanto, são relevantes para o entendimento da auditoria, das responsabilidades do auditor ou do seu relatório. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016). O Quadro 4 apresenta uma descrição das características dessas comunicações.

Quadro 4 – Parágrafo de ênfase e parágrafo de outros assuntos

Parágrafo de Ênfase	Esclarece assuntos apresentados ou divulgados nas demonstrações contábeis, necessários para o entendimento dos usuários da contabilidade.
Parágrafo de Outros Assuntos	Esclarece assuntos não apresentados ou não divulgados nas demonstrações contábeis que são relevantes para os usuários entenderem a auditoria, as responsabilidades do auditor ou o seu relatório.

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016).

Pode-se constatar a partir do Quadro 4 que as comunicações adicionais no relatório de auditoria ocorrem por meio do parágrafo de ênfase e do parágrafo de outros assuntos, e são feitas sempre que o auditor julgar necessário.

2.4 A ADOÇÃO DO NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração (IAASB), é uma instituição de normatização independente, apoiada pela Federação

Internacional de Contadores (IFAC). O conselho desenvolve normas internacionais de auditoria, revisão, outras assegurações, controle de qualidade e serviços relacionados. As Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) estabelecidas pelo IAASB, podem ser adotadas ou utilizadas, como base para padrões nacionais, por diferentes países em todo o mundo, sendo que cada país é livre para adotar ou incorporar as ISAs às suas normas de auditoria. (IAASB, 2017; IBRACON, 2012; OLIVEIRA, 2015; STUART, 2014).

Mais de 100 países já aderiram as ISAs desenvolvidas pelo IAASB e, no Brasil, os auditores adotam as Normas Internacionais de Auditoria, desde 2010. (STUART, 2014; OLIVEIRA, 2015). Deste modo, quando são realizadas mudanças nas normas de auditoria, estas são refletidas em todos países que seguem os padrões do IAASB.

Em relação ao novo relatório do auditor independente, o Reino Unido apresentou alterações no modelo do relatório de forma pioneira, em 2013, antes mesmo de haver uma norma internacional específica, através do órgão regulador independente deste país, o FRC (*Financial Reporting Council*). Destaca-se que as ISAs desenvolvidas pelo IAASB foram acatadas, na sua maioria, pelo FRC. A Holanda também adota as normas desenvolvidas pelo IAASB e aderiu a proposta do novo relatório de auditoria de forma voluntária, com algumas adaptações, em 2014. (ROCHA, 2016; OLIVEIRA, 2015).

Na União Europeia, a EC (*European Commission*), que é responsável pelas normas de auditoria, introduziu requerimentos similares para o novo modelo de relatório de auditoria, para 2017. Os Estados Unidos, por sua vez, através da PCAOB (*Public Company Accounting Oversight Board*), que é uma corporação sem fins lucrativos estabelecida pelo congresso para supervisionar as auditorias de empresas públicas, está re-deliberando sobre proposta similar ao novo relatório do auditor independente. A PCAOB colocou em audiência pública o item “Assuntos Críticos de Auditoria”, que precisa ser aprovado, com o objetivo de tornar os relatórios mais explicativos, além disso, anunciou, em maio de 2016, regras para aprimorar a independência dos auditores e diminuir conflitos de interesse. (OLIVEIRA, 2015; PCAOBUS, 2017; ROCHA, 2016).

No entanto, o mercado americano não segue as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o US Gaap (*United States Generally Accepted Accounting Principles*) é o padrão de contabilidade utilizado, porém, mesmo fora do movimento

de padronização global das normas contábeis, os Estados Unidos seguem a tendência de maior transparência. (ROCHA, 2016).

Os órgãos reguladores do Reino Unido e Holanda relatam que o novo relatório do auditor independente foi muito bem recebido por investidores, auditores e demais usuários. (IBRACON, 2016). Conclui-se, portanto, que a busca por informações mais relevantes e transparentes tem mobilizado muitos países em todo mundo, independentemente dos padrões de contabilidade utilizados por eles.

2.5 ESTUDOS REALIZADOS SOBRE O ASSUNTO

Alguns estudos foram realizados com o intuito de analisar a adoção do novo relatório do auditor independente, porém, por se tratar de um assunto novo que está começando a ser discutido, o mesmo foi ainda pouco abordado. Na sequência serão apresentados alguns estudos já realizados.

Oliveira (2015) elaborou um estudo anterior a vigência do novo relatório do auditor independente, com o intuito de verificar se as mudanças no novo relatório de auditoria são capazes de delimitar as responsabilidades do auditor. A pesquisa qualitativa, se deu através de fundamentação bibliográfica e análise documental. Sendo assim, o estudo buscou analisar os quesitos-chave das normas de auditoria do Reino Unido e da Holanda, países que já haviam implementado o novo relatório, bem como, os relatórios de duas empresas auditadas desses países, com a finalidade de demonstrar as diferenças entre o relatório atualmente utilizado no Brasil e o empregado nesses países. As entidades estudadas foram a empresa automobilística *Rolls-Royce Holdings plc*, do Reino Unido e a seguradora *Delta Lloyd*, sediada na Holanda. De forma geral, constatou-se que a adoção do novo relatório do auditor independente é um grande passo para o Brasil, por aumentar o poder comunicativo do auditor, e embora sem conseguir obter a resposta se, de fato, o novo relatório auxiliará na delimitação da responsabilidade do auditor, concluiu-se que ele é capaz de clarificar diversos pontos em uma auditoria, que talvez possam contribuir em suas responsabilidades.

O FRC (*Financial Reporting Council*) (2015), órgão regulador do Reino Unido, realizou uma pesquisa denominada “*Extended auditor’s reports: A review of experience in the first year*”, com o objetivo de analisar as experiências do primeiro ano de utilização do novo relatório do auditor independente no país. O estudo

examinou os relatórios de auditoria de 153 empresas, pertencentes a uma ampla gama de setores da indústria. Os resultados indicaram que os auditores atenderam os requisitos exigidos, sendo que, muitos deles foram além das exigências. O FRC constatou muitos outros pontos positivos, capazes de auxiliar os usuários das informações contábeis, tais como divulgações claras e linguagem mais detalhada.

O IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) (2017), entidade representativa dos auditores independentes brasileiros, realizou um estudo inédito intitulado “A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor – 1º ano”, com o objetivo de identificar e obter um diagnóstico geral e por setor de atuação dos motivos que levaram a comunicação dos PAAs no novo relatório do auditor independente, com base nas demonstrações contábeis referentes a 31/12/2016. Foram analisados os conteúdos dos relatórios de auditoria de 546 empresas, incluindo as 100 maiores companhias com ações na Bolsa de Valores. As entidades do estudo apresentaram 1.329 PAAs, uma média de 2,43 PAA por empresa. Foram identificados 23 tipos diferentes de PAA, sendo que o PAA relacionado a Avaliação do valor recuperável de ativos foi o mais contemplado, aparecendo em 32% dos relatórios. As conclusões obtidas revelam que a linguagem está mais acessível, o que torna mais eficiente a comunicação com os usuários das informações contábeis; a apresentação das seções está mais detalhada e os auditores estão mais focados em áreas com maior risco e subjetividade de análise.

2.6 MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO

2.6.1 Conceito e características

O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de instituições, produtos e instrumentos que permitem e viabilizam a transferência de recursos ou ativos financeiros entre os agentes econômicos que dispõem de recursos, e aqueles que deles necessitam. O sistema financeiro é segmentado em quatro grandes “mercados”: monetário, de crédito, de câmbio e de capitais. (CVM, 2017).

O mercado de capitais pode ser definido como o segmento do sistema financeiro onde são criadas as condições para que as entidades possam captar recursos diretamente dos investidores, através da emissão de instrumentos

financeiros, com o propósito de viabilizar o processo de capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas. (TORO RADAR, 2015; PINHEIRO, 2016).

Portanto, o objetivo do mercado de capitais é canalizar recursos de médio e longo prazos, através das operações de compra e de venda de títulos e valores mobiliários, efetuadas entre empresas, investidores e intermediários. Os principais títulos negociados são ações, debêntures e *commercial papers* (notas promissórias de curto prazo, utilizados pelas entidades para financiar seu capital de giro), porém, existem vários outros tipos de valores mobiliários, expressos no artigo 2º da Lei 6.385/76, com alterações feitas pela Lei 10.303/01, tais como cupons, direitos e recibos de subscrição de valores mobiliários, certificados de depósitos de ações, entre outros. (CVM, 2017; TORO RADAR, 2015; BM&FBOVESPA, 2012).

O mercado de capitais é constituído pelas Bolsas de Valores, corretoras e outras instituições financeiras autorizadas. As Bolsas são meios organizados que proporcionam um ambiente transparente e seguro para negociação de títulos e valores mobiliários, contribuindo assim para a eficiência do mercado de capitais. (CVM, 2017).

Em 30 de março de 2017, a BM&FBOVESPA, a única Bolsa em operação no mercado de capitais brasileiro, passou a se chamar B3 S.A. (BM&F3), resultado da combinação de atividades entre a BM&FBOVESPA e a CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). (BM&FBOVESPA, 2017). Contudo, como este estudo é referente as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2016, será feita a referência BM&FBOVESPA para a Bolsa de Valores.

A BM&FBOVESPA administra mercados organizados de títulos, valores mobiliários e contratos derivativos, presta serviços de registro, compensação e liquidação e, atua, principalmente, como contraparte central garantidora da liquidação financeira das operações realizadas em seus ambientes. (BM&FBOVESPA, 2016).

Deste modo, muitas empresas negociam na Bolsa de Valores, tais entidades são chamadas de companhias listadas. A BM&FBOVESPA possui segmentos especiais de listagem, são eles: a Bovespa Mais, a Bovespa Mais Nível 2, o Novo Mercado, o Nível 2, o Nível 1 e o Mercado Tradicional. (CVM, 2017; BM&FBOVESPA, 2016). De maneira geral, estes segmentos estão divididos conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Segmentos de listagem da BM&FBOVESPA

Bovespa Mais	Destinado às empresas que desejam acessar o mercado de forma gradual. Tem como objetivo fomentar o crescimento de pequenas e médias entidades no mercado de capitais e possui elevados padrões de Governança Corporativa.
Bovespa Mais Nível 2	Similar a Bovespa Mais, porém as empresas listadas neste segmento têm o direito de manter ações preferenciais (PN).
Novo Mercado	Este segmento conduz as entidades ao mais elevado padrão de Governança Corporativa e, é recomendado às empresas que pretendem fazer ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor. As companhias que fazem parte do Novo Mercado só podem emitir ações com direito de voto, chamadas ações ordinárias (ON).
Nível 1	Similar ao Novo Mercado, porém as empresas listadas neste segmento têm o direito de manter ações preferenciais (PN).
Nível 2	As empresas listadas neste segmento devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso, divulgam informações adicionais às exigidas em lei.
Mercado Tradicional	Este segmento não conta com diferenciadas práticas de Governança Corporativa, além disso é o único que não possui regras específicas que determinam o percentual mínimo de ações em circulação (<i>free float</i>).

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de BM&FBOVESPA (2016).

Portanto, os segmentos de listagem foram criados para desenvolver o mercado de capitais brasileiro e prezam por rígidas regras de Governança corporativa (GC). (CVM, 2017; BM&FBOVESPA, 2016).

“A Governança Corporativa é um conjunto de práticas que têm por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando, assim, o acesso ao capital.” (SILVA, 2016, p. 29). O código das melhores práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) definiu o termo da seguinte forma:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. (IBGC, 2015, p. 19).

As práticas de Governança Corporativa estão fundamentadas em princípios como a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa. A adequada adoção das práticas de Governança Corporativa pelas empresas resulta em um clima de confiança tanto internamente como nas relações com terceiros. (IBGC, 2015).

As companhias que negociam na BM&FBOVESPA, também são classificadas por setor de atuação, de acordo com as suas atividades. Para a

classificação das empresas, são analisados os produtos ou serviços que mais contribuem para a formação de suas receitas. Os setores da BM&FBOVESPA são Bens Industriais, Consumo Cíclico, Consumo não Cíclico, Financeiro e Outros, Materiais Básicos, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Saúde, Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Utilidade Pública. (BM&FBOVESPA).

Conclui-se, portanto, que bolsas de valores bem estruturadas, transparentes e líquidas contribuem na formação de um mercado de capitais eficiente e no crescimento e desenvolvimento da economia de um país. Assim, as bolsas podem beneficiar todos os indivíduos da sociedade e não somente aqueles que mantêm negócios com companhias abertas. (CVM, 2017; PINHEIRO, 2016).

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O delineamento da pesquisa tem como objetivo especificar qual o planejamento utilizado para a elaboração do estudo a ser realizado. Dessa forma, o delineamento envolve tanto decisões sobre quais métodos de pesquisa serão utilizados na coleta dos dados quanto como estes serão analisados. (ACEVEDO; NOHARA, 2013).

No presente estudo, a natureza da pesquisa que será realizada, caracteriza-se como sendo aplicada. As pesquisas aplicadas objetivam gerar conhecimentos para aplicações práticas, dirigidos a problemas específicos. (MATIAS-PEREIRA, 2016).

Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados, será realizada uma pesquisa documental, onde, através do levantamento dos relatórios de auditoria das empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA, buscar-se-á evidenciar e analisar quais os motivos que levam a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente.

Segundo Gil (2010), a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais. Nela, utilizam-se dados já existentes, por meio de documentos que possuem finalidades diversas, que ainda não receberam um tratamento analítico. Beuren *et al* (2013), destaca que através da pesquisa documental pode-se conferir uma nova importância às informações que se encontravam dispersas.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, por haver a união da abordagem qualitativa com a quantitativa. De acordo com Beuren *et al* (2013, p. 92) “[...] na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. A abordagem quantitativa, por sua vez, “[...] caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.” (BEUREN *et al*, 2013, p. 92). Desse modo, acredita-se que a utilização das abordagens, qualitativa e quantitativa é a mais adequada para este estudo, dado que será realizada a análise dos relatórios de auditoria e a quantificação dos dados obtidos.

Em relação aos objetivos propostos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, contudo, ela apresenta também características de uma pesquisa exploratória. Portanto, neste tipo de estudo, o objetivo do pesquisador, além de descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou identificar se existem relações entre variáveis analisadas, através da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, é proporcionar maior familiaridade com o problema proposto, afim de torná-lo mais claro, por se tratar de um assunto ainda pouco explorado. (MATIAS-PEREIRA, 2016; GIL, 2010).

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Foram obtidos os dados das companhias abertas da região sul do Brasil, referentes ao exercício de 2016, por meio do portal da CVM e do *site* da BM&FBOVESPA. A população da amostra é composta por 63 entidades, porém a amostra foi reduzida para 60 companhias, dado que 3 empresas não possuíam todos os dados necessários para a análise.

Deste modo, a amostra analisada é composta por 28 empresas do Rio Grande do Sul, 21 de Santa Catarina e 11 do Paraná, perfazendo um total de 60 companhias. Os documentos consistem em Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) que incluem as demonstrações contábeis (demonstrações financeiras), as informações cadastrais e o relatório do auditor independente que acompanha as demonstrações contábeis.

A análise descritiva consistiu em definir quais foram os motivos que levaram à comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente, bem como seus principais aspectos. Realizou-se a tabulação dos dados para que fosse possível analisar a distribuição dos principais assuntos de auditoria conforme o estado, o setor de atuação, o segmento de listagem e o controle acionário.

Foram realizados também testes estatísticos com o objetivo de verificar a relação entre o desempenho econômico das empresas do estudo com os principais assuntos de auditoria contidos nos relatórios dos auditores independentes.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresenta-se a análise dos dados levantados no estudo. A análise dos resultados está dividida em três partes. Na primeira parte apresenta-se as companhias do estudo, os setores de atuação em que estão inseridas, os segmentos de listagem que pertencem, o controle acionário, as empresas contábeis de auditoria que auditam estas entidades e as opiniões emitidas por elas.

Na segunda parte realiza-se a análise descritiva do conteúdo dos relatórios de auditoria das empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA, referentes ao exercício de 2016. Apresenta-se quais foram os principais motivos que levaram a comunicação dos PAAs no novo relatório do auditor independente, comenta-se seus principais aspectos e realiza-se uma comparação entre os PAAs das empresas do estudo com os PAAs das empresas dos estudos realizados no Brasil e no Reino Unido. Em seguida, com os dados obtidos e tabulados, executa-se a análise da distribuição dos PAAs conforme o setor de atuação, segmento de listagem, estado e controle acionário.

Por fim, a terceira parte busca evidenciar, por meio do teste estatístico de ANOVA (Teste de Análise de Variância) a relação entre a quantidade de PAAs contidos nos relatórios de auditoria com o desempenho econômico das entidades do estudo.

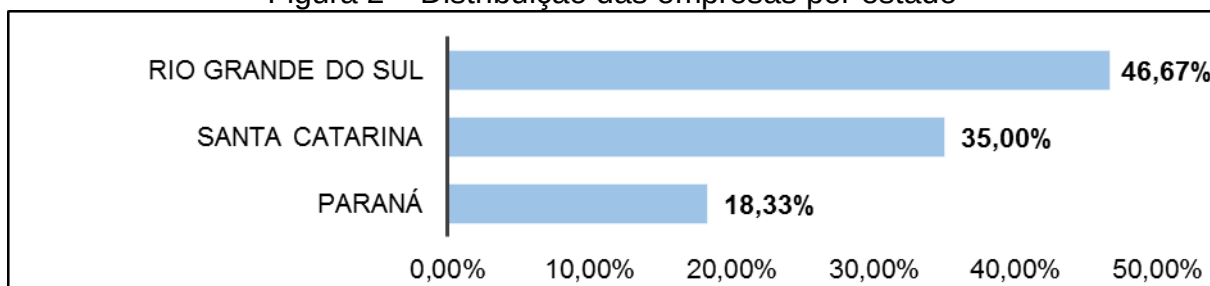
4.1 AMOSTRA

A amostra é composta por 60 empresas que possuem suas sedes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estados que compõem a região sul do Brasil. A lista completa das companhias do estudo se encontra no Apêndice A.

A Pettenati S.A. Indústria Têxtil, com sede no Rio Grande do Sul e as empresas Inepar S.A Indústria e Construções e Ouro Verde Locação e Serviço S.A., com sedes no Paraná, não apresentavam todos os dados necessários para análise, deste modo, foram desconsideradas para o estudo.

Assim sendo, a amostra é composta por 28 companhias com sede no Rio Grande do Sul, 21 com sede em Santa Catarina e 11 com sede no Paraná. A Figura 2 apresenta a distribuição das empresas do estudo por estado.

Figura 2 – Distribuição das empresas por estado

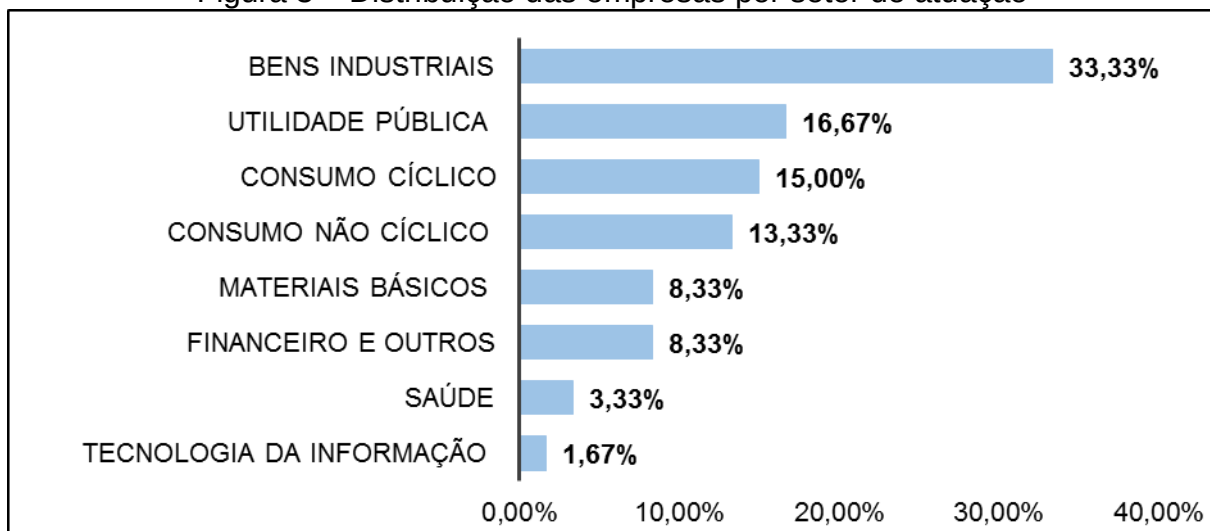


Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme verifica-se na Figura 2, o Rio Grande do Sul conta com o maior número de empresas, com 46,67% do total das companhias, sendo seguido pelos estados de Santa Catarina e Paraná, com 35,00% e 18,33% do total, respectivamente.

Após buscou-se analisar a distribuição das entidades por setor de atuação, conforme classificação da BM&FBOVESPA. As companhias do estudo estão inseridas em 8 setores econômicos, de acordo com as atividades que realizam. A Figura 3 apresenta a quantidade de empresas por setor de atuação.

Figura 3 – Distribuição das empresas por setor de atuação

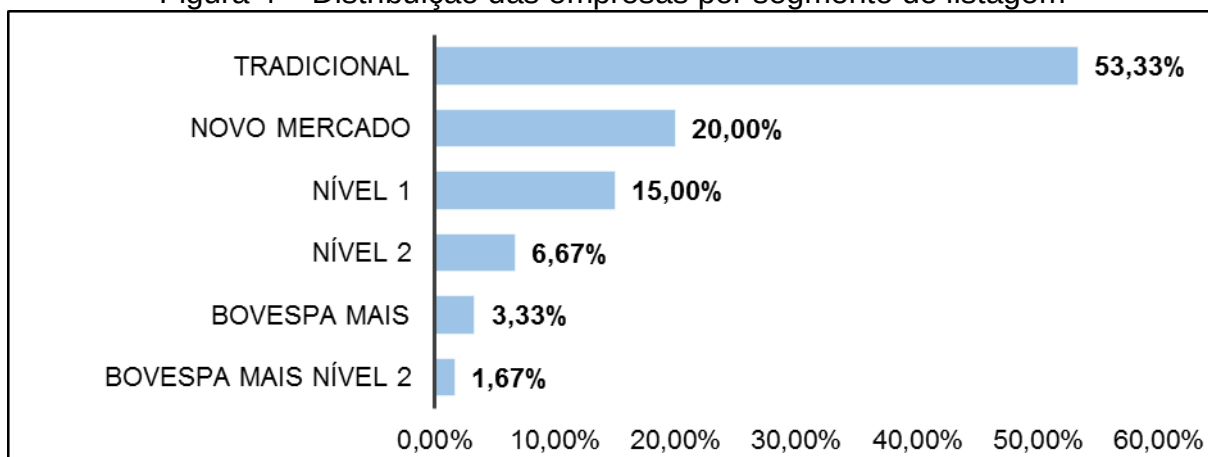


Fonte: Elaborada pela autora.

Constata-se que o setor de Bens Industriais apresenta o maior número de companhias, com 33,33% do total. Os setores de Utilidade Pública, Consumo Cíclico e Consumo Não Cíclico também apresentam expressiva quantidade de entidades, juntos, os 3 setores, totalizam 45% das empresas. Os setores de Materiais Básicos, Financeiro e Outros, Saúde e Tecnologia da Informação possuem menor expressividade, somados contam com 21,67% das entidades do estudo.

As companhias listadas na BM&FBOVESPA também estão inseridas em diferentes segmentos de listagem, de acordo com as práticas de Governança Corporativa que adotam. A Figura 4 apresenta quantidade de empresas por segmento de listagem.

Figura 4 – Distribuição das empresas por segmento de listagem

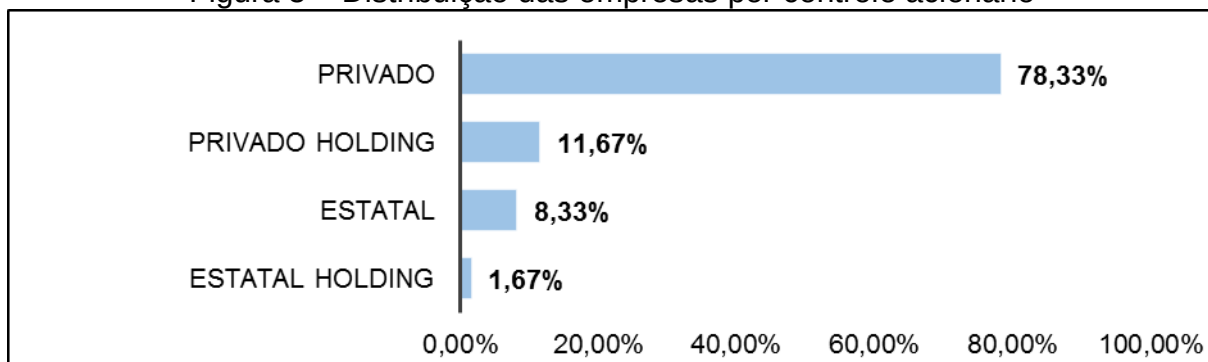


Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a Figura 4 verifica-se que o segmento Tradicional, que não conta com diferenciadas práticas de Governança Corporativa, é o que apresenta maior representatividade em quantidade de companhias. A diferença percentual entre o segmento Tradicional e o Novo Mercado, segmento que possui os mais elevados padrões de Governança Corporativa, é maior de 2,5 vezes.

Na sequência, é apresentada a distribuição das companhias de acordo com o seu controle acionário. A Figura 5 apresenta esta distribuição.

Figura 5 – Distribuição das empresas por controle acionário

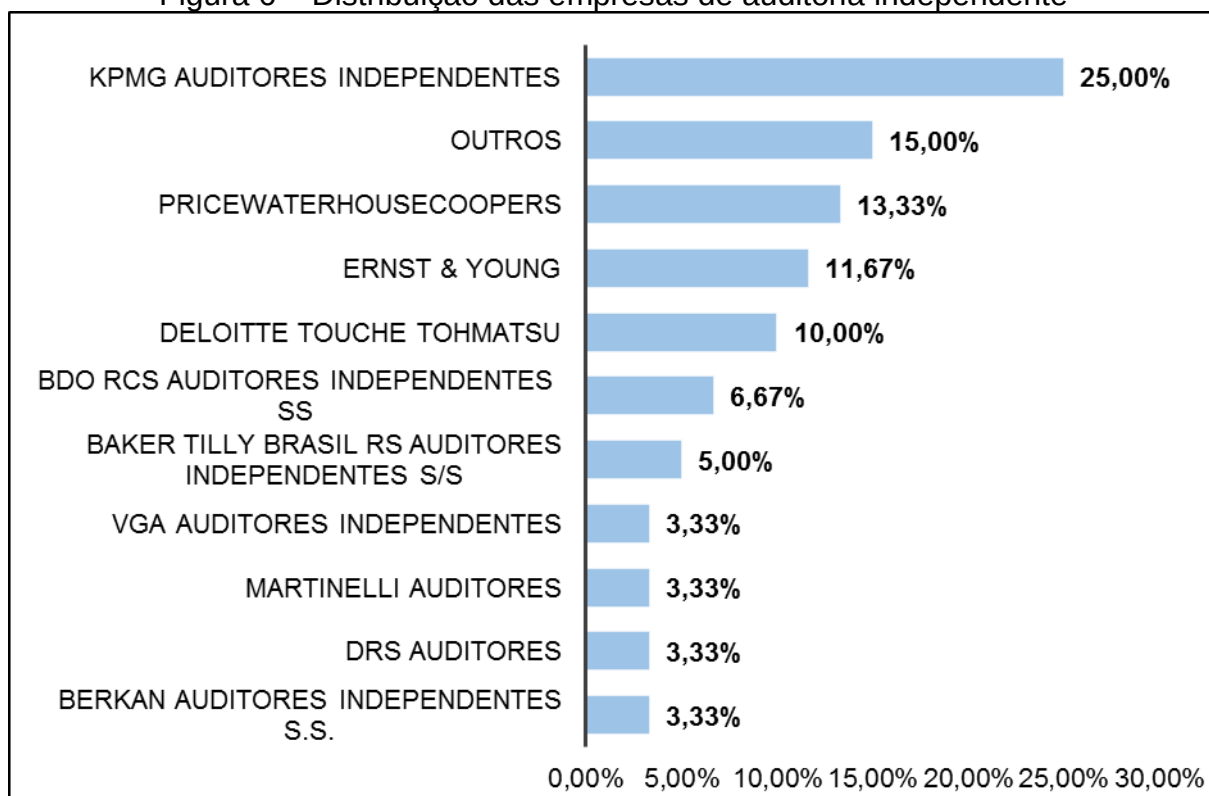


Fonte: Elaborada pela autora.

Verifica-se na Figura 5 que as companhias de capital privado representam a maioria, somadas totalizam 90% das entidades do estudo. As empresas estatais, mesmo contando com grandes organizações como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, a Companhia Estadual de Geração, Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A – CASAN, representam uma parcela muito pequena na região sul, sendo que, o estado do Paraná não conta com nenhuma entidade com controle estatal com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Em seguida, são apresentadas as empresas contábeis que realizam a auditoria das companhias analisadas, bem como a participação das mesmas no mercado de auditoria da região sul do Brasil. A Figura 6 apresenta a distribuição das empresas de auditoria independente.

Figura 6 – Distribuição das empresas de auditoria independente



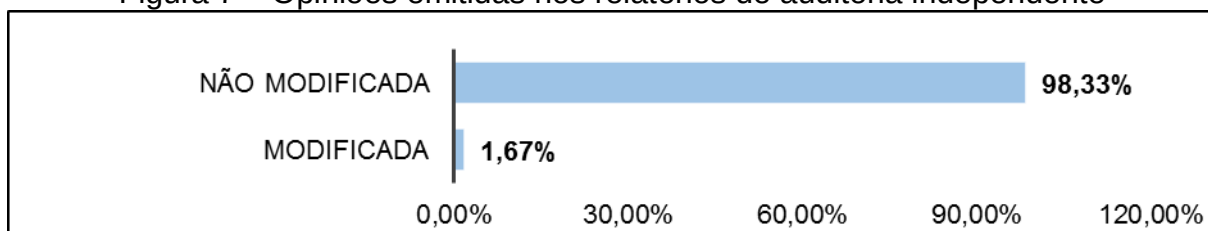
Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme constata-se na Figura 6, as 4 maiores empresas contábeis de auditoria do mundo, conhecidas como Big Four (KPMG Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers, ERNST & YOUNG e DELOITTE TOUCHE TOHMATSU),

contam com a maior parcela do mercado de auditoria da região sul do Brasil, juntas perfazem um total de 60% das demonstrações contábeis auditadas. O percentual Outros, por sua vez, conta com 8 empresas de auditoria mencionados uma vez nos relatórios.

Após identificadas as empresas contábeis de auditoria e a participação das mesmas no mercado de auditoria, verificou-se os tipos de opiniões emitidas por elas nos relatórios de auditoria independente. A figura 7 apresenta os tipos de opiniões emitidas.

Figura 7 – Opiniões emitidas nos relatórios de auditoria independente



Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da Figura 7, verifica-se que 59 dos 60 relatórios de auditoria analisados não tiveram modificação de opinião, ou seja, 98,33% apresentaram opinião não modificada ou “limpa”. Apenas 1 relatório apresentou opinião modificada, por abstenção de opinião.

4.2 PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A análise do conteúdo dos relatórios de auditoria buscou identificar e quantificar na amostra quais são os motivos que levaram a comunicação dos principais assuntos de auditoria. A Tabela 1 apresenta, por ordem alfabética, os motivos que levaram a comunicação destes assuntos no novo relatório do auditor independente.

Tabela 1 – Comunicação dos PAAs no novo relatório do auditor independente

Número de Companhias		59
Motivos	Número	Percentual
Acordos comerciais – Fornecedores	1	0,67%
Alienação de ativos	1	0,67%
Ativo financeiro de concessão	9	6,00%
Avaliação do valor recuperável de ativos	22	14,67%
Benefícios a empregados	7	4,67%
Clientes	1	0,67%
Combinação de negócios	2	1,33%
Contabilidade de Hedge	3	2,00%
Continuidade operacional	2	1,33%
Estoques	7	4,67%
Fluxo de caixa da recuperação judicial	1	0,67%
Obrigações financeiras	6	4,00%
Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	5	3,33%
Participações em controladas ou coligadas	2	1,33%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	9	6,00%
Provisões, passivos e ativos contingentes	28	18,67%
Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	14	9,33%
Receita	17	11,33%
Retomada das atividades operacionais	1	0,67%
Revisão anual da vida útil do ativo imobilizado	1	0,67%
Situação financeira da companhia	1	0,67%
Transações com partes relacionadas	2	1,33%
Valorização de ativos a valor justo	8	5,33%
Número de PAAs	150	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

A Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A., empresa situada no estado de Santa Catarina apresentou relatório de auditoria modificado, por abstenção de opinião, e este não conteve nenhum assunto reportado como PAA.

Dessa forma, conforme verifica-se na Tabela 1 as 59 companhias que possuíram assuntos reportados como PAAs apresentaram 150 PAAs, uma média 2,54 PAA por entidade. Foram identificados 23 tipos diferentes de PAA, ou seja, 23 motivos diferentes que levaram a comunicação destes assuntos no novo relatório do auditor independente.

Os 4 motivos mais frequentes que levaram a comunicação dos PAAs nos relatórios de auditoria foram: Provisões, passivos e ativos contingentes; Avaliação do valor recuperável de ativos; Receitas e Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos. Estes motivos foram citados 81 vezes e representam mais da metade dos PAAs da região sul.

Observa-se que o motivo mais abordado nos relatórios de auditoria das empresas da região sul do Brasil foi Provisões, passivos e ativos contingentes,

enquanto os estudos realizados pelo FRC, no Reino Unido e pelo IBRACON, no Brasil, referentes as experiências do primeiro ano de utilização do novo relatório do auditor independente apontaram que o motivo mais reportado como PAA, foi Avaliação do valor recuperável de ativos.

Provisões, passivos e ativos contingentes foi o motivo mais contemplado nos relatórios de auditoria. Muitas companhias são parte ativa e passiva em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a esses processos administrativos e ações judiciais, requerem julgamentos das entidades e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pelas companhias ou nas condições externas podem impactar significativamente nos montantes de provisão reconhecidos e divulgados nas demonstrações contábeis. Este assunto foi considerado significativo em grande parte dos relatórios de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nas ações e processos administrativos e ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ou não ser registrada.

Avaliação do valor recuperável de ativos foi o segundo motivo mais mencionado como PAA. Este assunto foi considerado significativo em função da relevância dos montantes envolvidos, do nível de subjetividade dos julgamentos realizados pelas companhias e seus especialistas na avaliação destes ativos e do possível impacto que eventuais alterações nas premissas associadas a esses julgamentos poderiam ter nas demonstrações contábeis das entidades.

O PAA Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos foi o terceiro motivo mais abordado nos relatórios de auditoria devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para a avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos, visto que, mudanças nas premissas utilizadas pelas companhias poderiam impactar significativamente o montante desses ativos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Receita foi o quarto PAA mais contemplado nos relatórios, porém, este assunto foi mencionado pelas companhias por diferentes motivos, em função das atividades que desenvolvem. Muitas entidades apresentaram Receita como sendo um PAA, pelo fato de reconhecerem receitas ainda não faturadas em suas

demonstrações contábeis, outras consideraram Receita como uma das principais áreas de foco na auditoria em razão da significativa utilização e dependência de seus sistemas de informática para garantir a integridade, existência e precisão das receitas registradas.

Continuidade operacional foi um assunto reportado como PAA em 2 companhias. Contudo quando houverem dúvidas significativas quanto à capacidade de a entidade continuar em operação e a divulgação da incerteza relevante relacionada a continuidade operacional tiver sido divulgada de forma apropriada nas demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TA 570 e NBCTA 701, o auditor deve incluir uma seção separada sob o título “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, ao invés de apresentar este assunto como PAA, como ocorreu nas empresas do estudo.

Os assuntos que foram reportados como PAAs apenas 1 vez nos relatórios de auditoria independente não serão explanados individualmente, contudo, podem ser perfeitamente compreendidos a partir da nomenclatura utilizada. Além disso, a explanação dos motivos contemplados como PAAs tem como base a descrição utilizada para os mesmos pelas empresas contábeis de auditoria nos relatórios de auditoria.

Dando continuidade ao estudo serão analisados os PAAs das entidades por setor de atuação.

4.2.1 Distribuição dos PAAs por setor de atuação

Nesta seção apresenta-se e analisa-se da distribuição dos PAAs por setor de atuação. A análise de cada setor foi realizada de forma individualizada, buscando identificar, quantificar e explicar os motivos mais frequentes que levaram a comunicação dos PAAs em cada setor econômico.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos PAAs no setor de Bens Industriais.

Tabela 2 – Comunicação dos PAAs no setor de Bens Industriais

Número de Companhias	20	
Motivos	Número	Percentual
Avaliação do valor recuperável de ativos	12	24,49%
Provisões, passivos e ativos contingentes	8	16,33%
Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	6	12,24%
Estoques	4	8,16%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	4	8,16%
Receita	3	6,12%
Ativo financeiro de concessão	2	4,08%
Combinação de negócios	2	4,08%
Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	2	4,08%
Transações com partes relacionadas	2	4,08%
Contabilidade de Hedge	1	2,04%
Continuidade operacional	1	2,04%
Fluxo de caixa da recuperação judicial	1	2,04%
Retomada das atividades operacionais	1	2,04%
Número de PAAs	49	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da análise da Tabela 2 verifica-se que as 20 empresas do setor de Bens Industriais apresentaram 49 PAAs, uma média de 2,45 PAA por entidade. Avaliação do valor recuperável de ativos; Provisões, passivos e ativos contingentes e Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos foram os motivos que, assim como no geral das companhias da região sul, apareceram mais vezes nos relatórios de auditoria. No entanto, neste setor, Estoques e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) estiveram entre os assuntos de maior importância no processo de auditoria, ambos foram mencionados 4 vezes.

Estoques foi considerado um assunto significativo em função da relevância dos valores envolvidos nesta conta e das transações que envolvem o seu registro, visto que, eventuais equívocos na sua mensuração podem impactar nas demonstrações contábeis das companhias.

Provisão para créditos de Liquidação duvidosa (PCLD) foi uma das principais áreas de foco na auditoria das empresas do setor de Bens Industriais em razão das estimativas para esta provisão envolverem julgamentos e premissas por parte das companhias, que incluem análises de fatores externos e internos, como histórico de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros.

Na sequência, a Tabela 3 apresenta a distribuição dos PAAs no setor de Consumo Cíclico.

Tabela 3 – Comunicação dos PAAs no setor de Consumo Cíclico

Número de Companhias	8	
Motivos	Número	Percentual
Provisões, passivos e ativos contingentes	4	20,00%
Avaliação do valor recuperável de ativos	3	15,00%
Receita	3	15,00%
Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	2	10,00%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	2	10,00%
Benefícios a empregados	1	5,00%
Estoques	1	5,00%
Continuidade operacional	1	5,00%
Obrigações financeiras	1	5,00%
Revisão anual da vida útil do ativo imobilizado	1	5,00%
Valorização de ativos a valor justo	1	5,00%
Número de PAAs	20	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme a Tabela 3, as 8 empresas do estudo apresentaram 20 PAAs, uma média de 2,50 PAA por entidade. Novamente os PAAs mais contemplados foram Provisões, passivos e ativos contingentes; Avaliação do valor Recuperável de ativos; Receita e Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Contudo, neste setor, outro PAA que esteve entre os mais mencionados foi Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos.

Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos foi considerado como um PAA pelo fato que os registros destes passivos são regulamentados por legislação complexa que exige o cumprimento de inúmeras formalidades acessórias para a regularidade dessas obrigações. Eventuais descumprimentos das obrigações ou sua incorreta mensuração podem acarretar em impactos na determinação do resultado das companhias.

Em seguida a Tabela 4 evidencia a distribuição dos PAAs no setor de Consumo não Cíclico.

Tabela 4 – Comunicação dos PAAs no setor de Consumo não Cíclico

Número de Companhias	8	
Motivos	Número	Percentual
Obrigações financeiras	4	21,05%
Valorização de ativos a valor justo	4	21,05%
Provisões, passivos e ativos contingentes	3	15,79%
Contabilidade de Hedge	2	10,53%
Estoques	2	10,53%
Receita	2	10,53%
Avaliação do valor recuperável de ativos	1	5,26%
Clientes	1	5,26%
Número de PAAs	19	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 4, as 8 companhias do setor de Consumo não Cíclico apresentaram 19 PAAs, uma média de 2,38 PAA por entidade. Observa-se que neste setor os PAAs mais abordados foram Obrigações financeiras e Valorização de ativos a valor justo, diferentemente do geral e dos demais setores de atuação. Provisões, passivos e ativos contingentes foi o terceiro PAA mais contemplado. Contabilidade de Hedge; Estoques e Receita aparecem na quarta posição, ambos foram mencionados 2 vezes.

Obrigações financeiras foi considerado como sendo um assunto significativo para a auditoria devido a representatividade dos valores envolvidos e da necessidade da exatidão da mensuração e da correta classificação dos encargos financeiros decorrentes dos contratos de empréstimos.

Valorização de Ativos a Valor Justo foi um dos PAAs mais abordados no setor de Consumo não Cíclico pelo fato que a mensuração de ativos pelo seu valor justo envolve elevado grau de julgamento em sua determinação e está fundamentada em premissas de negócio. Alterações nas premissas utilizadas pelas companhias podem afetar as demonstrações contábeis.

Contabilidade de Hedge foi considerado um assunto de grande importância no processo de auditoria, pelo fato que a designação de instrumentos financeiros como contabilidade de hedge, bem como a valorização e a mensuração de tais instrumentos é altamente complexa e subjetiva e está sujeita a julgamento por parte da administração das entidades.

Posteriormente, a Tabela 5 demonstra a distribuição dos PAAs no setor Financeiro e Outros.

Tabela 5 – Comunicação dos PAAs no setor Financeiro e Outros

Número de Companhias	5	
Motivos	Número	Percentual
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	3	21,43%
Participação em controladas ou coligadas	2	14,29%
Provisões, passivos e ativos contingentes	2	14,29%
Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	2	14,29%
Valorização de ativos a valor justo	2	14,29%
Benefícios a empregados	1	7,14%
Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	1	7,14%
Situação financeira	1	7,14%
Número de PAAs	14	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

As 5 empresas do setor Financeiro e Outros apresentaram 14 PAAs, uma média de 2,80 PAA por companhia. Os motivos mais frequentes que levaram a comunicação dos PAAs nas entidades do setor foram, assim como nos demais setores e no geral, Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD); Provisões, passivos e ativos contingentes; Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos e Valorização de ativos a valor justo. Contudo a Participação em controladas ou coligadas foi um assunto que esteve entre os mais mencionados.

A Participação em controladas ou coligadas foi considerada como sendo uma das principais áreas de foco da auditoria pelo fato que as participações societárias são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e nelas estimativas contábeis são registradas. Alterações nas estimativas afetam o resultado das companhias e suas controladas ou coligadas.

Dando prosseguimento, a Tabela 6 evidencia a distribuição dos PAAs no setor de Materiais Básicos.

Tabela 6 – Comunicação dos PAAs no setor de Materiais Básicos

Número de Companhias	5	
Motivos	Número	Percentual
Provisões, passivos e ativos contingentes	5	33,33%
Avaliação do valor recuperável de ativos	3	20,00%
Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	3	20,00%
Obrigações financeiras	1	6,67%
Alienação de ativos	1	6,67%
Receita	1	6,67%
Valorização de ativos a valor justo	1	6,67%
Número de PAAs	15	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

Com base na Tabela 6 verifica-se que o setor de Materiais Básicos apresentou a maior média de PAAs por entidade, 3,00 por companhia. Constata-se que os PAAs que estiverem entre os mais contemplados foram os mesmos dos demais setores: Provisões, Passivos e Ativos Contingentes; Avaliação do Valor Recuperável de Ativos e Realização / Recuperabilidade dos Impostos Diferidos.

A distribuição dos PAAs no setor de Utilidade Pública é evidenciada na Tabela 7

Tabela 7 – Comunicação dos PAAs no setor de Utilidade Pública

Número de Companhias	10	
Motivos	Número	Percentual
Ativo financeiro de concessão	7	25,93%
Provisões, passivos e ativos contingentes	6	22,22%
Receita	6	22,22%
Benefícios a empregados	5	18,52%
Avaliação do valor recuperável de ativos	2	7,41%
Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	1	3,70%
Número de PAAs	27	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 7 as 10 empresas que pertencem ao setor de Utilidade Pública apresentaram 27 PAAs, uma média de 2,70 PAA por entidade. O Ativo financeiro de concessão foi PAA mais abordado, além disso, observa-se que, pela primeira vez, o assunto Benefícios a empregados esteve entre os mais contemplados.

O Ativo financeiro de concessão foi o PAA mais mencionado pelo fato que, neste setor, muitas companhias possuem saldos relevantes de ativos intangíveis relacionados a concessão, os quais são base utilizada pelo regulador (Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel) na determinação da tarifa de cada ciclo tarifário.

Benefícios a empregados foi um assunto que exigiu atenção significativa no setor de Utilidade Pública. Neste setor, é comum as empresas patrocinarem planos de previdência complementar na modalidade “Benefício Definido”. Estes planos geram passivos relevantes e são calculados com referência em premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação e tabela de mortalidade. Variações nas premissas utilizadas podem impactar nos montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Para finalizar, são apresentados, nas Tabelas 8 e 9, os PAAs das companhias que pertencem aos setores de Saúde e Tecnologia da Informação. As Tabelas estão em sequência devido ao baixo número de empresas que pertencem a estes setores e pelo fato que os PAAs abordados foram mencionados apenas uma vez.

Tabela 8 – Comunicação dos PAAs no setor de Saúde

Número de Companhias	2	
Motivos	Número	Percentual
Acordos Comerciais	1	25,00%
Avaliação do Valor Recuperável de Ativos	1	25,00%
Realização / Recuperabilidade dos Impostos Diferidos	1	25,00%
Receita	1	25,00%
Número de PAAs	4	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 9 – Comunicação dos PAAs no setor de Tecnologia da Informação

Número de Companhias	1	
Motivos	Número	Percentual
Realização / Recuperabilidade dos Impostos Diferidos	1	50,00%
Receita	1	50,00%
Número de PAAs	2	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme as Tabelas 8 e 9, os setores de Saúde e Tecnologia da Informação apresentaram, 4 e 2 PAAs, respectivamente. Em ambos os setores a média de foi de 2,00 PAAs por entidade, ficando abaixo da média geral de 2,54 PAA por companhia.

Nestes setores nenhum PAA foi mencionado mais de uma vez, isto pode ser justificado pelo baixo número de companhias que pertencem a eles.

Combinação de negócios, foi um assunto mencionado como PAA em 2 relatórios de auditoria, porém, não foi descrito individualmente por não estar entre os mais contemplados nos setores de atuação das empresas do estudo. Este motivo foi considerado uma das principais áreas de foco no processo de auditoria, devido ao elevado grau de julgamento para determinar os valores justos a serem alocados nos ativos e passivos, que são calculados com base em premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitas a um alto grau de incerteza.

Para concluir a análise qualitativa dos motivos que levaram a comunicação dos PAAs no novo relatório do auditor independente, será brevemente apresentada e analisada a distribuição dos PAAs por segmento de listagem, estado e controle acionário

4.2.2 Distribuição dos PAAs por segmento de listagem, estado e controle acionário

Com o objetivo de analisar a distribuição dos PAAs em diferentes variáveis foram utilizados os segmentos de listagem, estado e setor de econômico para estudo. A análise desta distribuição será feita de forma compacta, ou seja, serão apresentados 3 Quadros, uma para cada variável, evidenciando os PAAs mais contemplados.

O Quadro 6 apresenta a distribuição dos PAAs por segmento de listagem.

Quadro 6 – Distribuição do PAAs por segmento de listagem

(continua)

Novo Mercado	Número de Companhias	12	
	Motivos	Número	Percentual
	Provisões, passivos e ativos contingentes	8	25,00%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	5	15,63%
	Receita	4	12,50%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	3	9,38%
	Benefícios a empregados	2	6,25%
	Contabilidade de Hedge	2	6,25%
	Obrigações financeiras	2	6,25%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	2	6,25%
	Valorização de ativos a valor justo	2	6,25%
	Combinação de negócios	1	3,13%
	Estoques	1	3,13%
	Número de PAAs	32	100,00%
Nível 1	Número de Companhias	9	
	Motivos	Número	Percentual
	Provisões, passivos e ativos contingentes	7	24,14%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	5	17,24%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	4	13,79%
	Ativo financeiro de concessão	3	10,34%
	Benefícios a empregados	3	10,34%
	Provisão para Créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	2	6,90%
	Receita	2	6,90%
	Contabilidade de Hedge	1	3,45%
	Participação em controladas ou coligadas	1	3,45%
	Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	1	3,45%
	Número de PAAs	29	100,00%
Nível 2	Número de Companhias	4	
	Motivos	Número	Percentual
	Provisões, passivos e ativos contingentes	3	21,43%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	2	14,29%
	Benefícios a empregados	2	14,29%
	Receita	2	14,29%
	Ativo financeiro de concessão	1	7,14%
	Combinação de negócios	1	7,14%
	Estoques	1	7,14%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	1	7,14%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	1	7,14%
	Número de PAAs	14	100,00%

(conclusão)		
Bovespa Mais	Número de Companhias	2
	Motivos	Número Percentual
	Avaliação do valor recuperável de ativos	1 50,00%
	Obrigações financeiras	1 50,00%
	Número de PAAs	2 100,00%
Bovespa Mais Nível 2	Número de Companhias	1
	Motivos	Número Percentual
	Avaliação do valor recuperável de ativos	2 50,00%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	1 25,00%
	Receita	1 25,00%
	Número de PAAs	4 100,00%
Tradicional	Número de Companhias	32
	Motivos	Número Percentual
	Provisões, passivo e ativos contingentes	10 14,49%
	Receita	8 11,59%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	7 10,14%
	Valorização de ativos a valor justo	6 8,70%
	Ativo financeiro de concessão	5 7,25%
	Estoques	5 7,25%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	5 7,25%
	Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	4 5,80%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	4 5,80%
	Obrigações financeiras	3 4,35%
	Continuidade operacional	2 2,90%
	Transações com partes relacionadas	2 2,90%
	Acordos comerciais	1 1,45%
	Clientes	1 1,45%
	Fluxo de caixa da recuperação judicial	1 1,45%
	Alienação de ativos	1 1,45%
	Participação em controladas ou coligadas	1 1,45%
	Retomada das atividades operacionais	1 1,45%
	Revisão anual da vida útil do ativo imobilizado	1 1,45%
	Situação financeira	1 1,45%
	Número de PAAs	69 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do Quadro 6 verifica-se que o segmento de listagem que apresentou maior média de PAAs foi o Nível 2, com 3,5 PAA por companhia. Esta média é bem superior à média geral total, de 2,54 PAA por entidade.

Observa-se que o segmento Bovespa Mais apresentou a menor média de PAAs, 1 PAA por empresa, contudo, este segmento conta com apenas 2 entidades, na região sul. Os segmentos Novo Mercado, Nível 1 e Tradicional apresentaram média de 2,67, 3,22 e 2,23 PAA por companhia, respectivamente.

No segmento Bovespa Mais Nível 2 não foi possível verificar a média de PAAs em razão deste possuir apenas uma empresa, com 4 PAAs abordados.

O assunto que foi mais contemplado nos segmentos Novo Mercado, Nível 1, Nível 2 e Tradicional, segmentos que contam com o maior número de empresas, foi Provisões, passivos e ativos contingentes.

A Avaliação do valor recuperável de ativos, foi o segundo PAA mais abordado pelo Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 e mais mencionado nos segmentos Bovespa Mais e Nível 2.

Verifica-se que o segmento Tradicional, que não conta com diferenciadas práticas de Governança Corporativa, apresentou média de PAAs inferior aos segmentos Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2, que possuem os mais elevados padrões de Governança Corporativa.

O Nível 2, segmento que conta com a maior média de PAAs, possui apenas 4 companhias e estas pertencem aos setores de Bens Industriais e Utilidade Pública, que apresentaram consideráveis médias de PAAs.

O segmento Tradicional conta com empresas inseridas em 7 diferentes setores de atuação, contudo, a maior parcela das entidades deste segmento pertence aos setores de Bens Industriais, Consumo não Cíclico e Saúde, setores que apresentaram médias iguais ou inferiores à média geral de PAAs por companhia.

Dando prosseguimento ao estudo, o Quadro 7 evidencia a distribuição dos PAAs por estado da região sul.

Quadro 7 – Distribuição do PAAs por estado

(continua)

Rio Grande do Sul	Número de Companhias	28	
	Motivos	Número	Percentual
	Provisões, passivos e ativos contingentes	14	18,92%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	11	14,86%
	Receita	8	10,81%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	7	9,46%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	5	6,76%
	Valorização de ativos a valor justo	5	6,76%
	Ativo financeiro de concessão	4	5,41%
	Benefícios a empregados	3	4,05%
	Estoques	3	4,05%
	Obrigações financeiras	3	4,05%
	Contabilidade de Hedge	2	2,70%
	Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	2	2,70%
	Acordos comerciais – Fornecedores	1	1,35%
	Alienação de ativos	1	1,35%
	Clientes	1	1,35%
	Combinação de negócios	1	1,35%
	Participações em controladas ou coligadas	1	1,35%
	Retomada das atividades operacionais	1	1,35%
	Transações com partes relacionadas	1	1,35%
	Número de PAAs	74	100,00%

(conclusão)		
Santa Catarina	Número de Companhias	20
	Motivos	Número Percentual
	Provisões, passivos e ativos contingentes	11 21,15%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	9 17,31%
	Receita	5 9,62%
	Estoques	4 7,69%
	Benefícios a empregados	3 5,77%
	Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	3 5,77%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	3 5,77%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	3 5,77%
	Continuidade operacional	2 3,85%
	Obrigações financeiras	2 3,85%
	Valorização de ativos a valor justo	2 3,85%
	Ativo financeiro de concessão	1 1,92%
	Combinações de negócios	1 1,92%
	Contabilidade de Hedge	1 1,92%
	Fluxo de caixa da recuperação judicial	1 1,92%
	Revisão anual da vida útil do ativo imobilizado	1 1,92%
	Número de PAAs	52 100,00%
Paraná	Número de Companhias	11
	Motivos	Número Percentual
	Ativo financeiro de concessão	4 16,67%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	4 16,67%
	Receita	4 16,67%
	Provisões, passivos e ativos contingentes	3 12,50%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	2 8,33%
	Benefícios a empregados	1 4,17%
	Obrigações financeiras	1 4,17%
	Participações em controladas ou coligadas	1 4,17%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	1 4,17%
	Situação financeira da companhia	1 4,17%
	Transações com partes relacionadas	1 4,17%
	Valorização dos ativos a valor justo	1 4,17%
	Número de PAAs	24 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o Quadro 7, as 28 companhias do Rio Grande do Sul apresentaram 74 PAAs, uma média de 2,64 PAAs por entidade. No estado foram identificados 19 tipos diferentes de PAA, sendo Provisões, passivos e ativos contingentes o motivo mais contemplado, aparecendo em 18,92% dos relatórios de auditoria.

As 20 empresas do estado de Santa Catarina apresentaram 52 PAAs, uma média de 2,60 PAA por entidade. Foram identificados 16 motivos diferentes que levaram a comunicação dos PAAs no novo relatório do auditor independente e novamente Provisões, passivos e ativos contingentes foi o motivo mais abordado, sendo mencionado 11 vezes.

As 11 entidades do Paraná apresentaram 24 PAAs, uma média de 2,18 PAA por empresa. O estado obteve a menor média de PAAs da região e foi único que

ficou a baixo da média geral. Foram identificados 12 tipos diferentes de PAA, contudo 3 assuntos estiveram entre os mais contemplados, ambos foram mencionados 4 vezes cada, estes foram: Ativo financeiro de concessão; Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos e Receitas.

Para finalizar é apresentada no Quadro 8 a distribuição dos PAAs por controle acionário.

Quadro 8 – Distribuição do PAAs por controle acionário

(continua)

Estatual	Número de Companhias	5	
	Motivos	Número	Percentual
	Benefícios a empregados	4	26,67%
	Ativo financeiro de concessão	3	20,00%
	Provisões, passivos e ativos contingentes	3	20,00%
	Receita	2	13,33%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	1	6,67%
	Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	1	6,67%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	1	6,67%
	Número de PAAs	15	100,00%
Estatual Holding	Número de Companhias	1	
	Motivos	Número	Percentual
	Ativo financeiro de concessão	1	33,33%
	Provisões, passivos e ativos contingentes	1	33,33%
	Receita	1	33,33%
	Número de PAAs	3	100,00%
Privado	Número de Companhias	46	
	Motivos	Número	Percentual
	Provisões, passivos e ativos contingentes	22	19,13%
	Avaliação do valor recuperável de ativos	17	14,78%
	Receita	14	12,17%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	11	9,57%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	7	6,09%
	Valorização de ativos a valor justo	7	6,09%
	Estoques	6	5,22%
	Ativo financeiro de concessão	5	4,35%
	Obrigações financeiras	5	4,35%
	Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos	4	3,48%
	Benefícios a empregados	3	2,61%
	Contabilidade de Hedge	3	2,61%
	Continuidade operacional	2	1,74%
	Transações com partes relacionadas	2	1,74%
	Acordos comerciais	1	0,87%
	Alienação de ativos	1	0,87%
	Combinação de negócios	1	0,87%
	Fluxo de caixa da recuperação judicial	1	0,87%
	Participação em controladas ou coligadas	1	0,87%
	Retomada das atividades operacionais	1	0,87%
	Revisão anual da vida útil do ativo imobilizado	1	0,87%
	Número de PAAs	115	100,00%

(conclusão)		
Privado Holding	Número de Companhias	7
	Motivos	Número Percentual
	Avaliação do valor recuperável de ativos	4 23,53%
	Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos	3 17,65%
	Provisões, passivos e ativos contingentes	2 11,76%
	Clientes	1 5,88%
	Combinação de negócios	1 5,88%
	Estoques	1 5,88%
	Obrigações financeiras	1 5,88%
	Participação em controladas ou coligadas	1 5,88%
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	1 5,88%
	Situação financeira	1 5,88%
	Valorização de ativos a valor justo	1 5,88%
	Número de PAAs	17 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do Quadro 8 constata-se que as companhias estatais apresentaram maior média de PAAs que as empresas de capital privado. A média de PAAs para as entidades com controle estatal e estatal holding foi de 3,00 PAAs, já a média para as companhias com controle acionário privado e privado holding foi de 2,50 e 2,43 PAAs, respectivamente.

Observa-se que enquanto as empresas estatais obtiveram média superior à média geral de PAAs por entidade, as companhias de capital privado apresentaram média inferior. Além disso, verifica-se que os motivos mais contemplados como PAAs nas entidades estatais foram Benefícios a empregados e Ativo financeiro de concessão à medida que nas companhias de capital privado os assuntos mais mencionados foram Provisões, passivos e ativos contingentes e Avaliação do valor recuperável de ativos.

4.3 DADOS ESTATÍSTICOS

Nesta seção é apresentada a análise complementar do estudo com a utilização de ferramentas estatísticas. Foram obtidos e tabulados, por meio de planilha eletrônica, os dados das demonstrações contábeis das empresas do estudo, que incluem: ativo total, ativo circulante, realizável a longo prazo, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido. Posteriormente, foram calculados os índices financeiros de liquidez geral, liquidez corrente, liquidez imediata e endividamento. Para efeito de análise, foi aplicado o teste estatístico de Análise de Variância de um Fator (ANOVA).

“A Análise de Variância de um Fator (ANOVA) é um método para o teste da igualdade de três ou mais médias populacionais através da análise das variâncias amostrais.” (TRIOLA, 2014, p. 593). Procurou-se então, analisar as médias dos indicadores financeiros das entidades que apresentaram elevado número de PAAs com as entidades que apresentaram baixo número de PAAs, a fim de aceitar ou rejeitar a hipótese de que as companhias que apresentaram melhores resultados são também aquelas que obtiveram baixo número de PAAs. Para a realização dos testes admitiu-se as seguintes hipóteses:

- a) H0: as médias dos desempenhos das empresas que apresentaram baixo número de PAAs são iguais as das entidades com elevado número de PAAs; e
- b) H1: as médias dos desempenhos das empresas que apresentaram baixo número de PAAs são diferentes as das entidades com elevado número de PAAs.

Portanto, a hipótese nula (H0) é que todas as médias são iguais, já a hipótese alternativa (H1) é que, pelo menos, uma das médias é diferente das demais.

Se os dados da amostra estiverem de acordo com a hipótese nula formulada, a mesma será aceita, caso contrário, rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa. Sendo assim, a hipótese nula, a princípio, é tida como verdadeira até que provas estatísticas indiquem o contrário.

Para este estudo, os níveis de significância estatisticamente aceitos são $P = 0,01$, $P = 0,05$ e $P = 0,10$, níveis geralmente utilizados na área de ciências sociais, que levam a intervalos de confiança de 99,00%, 95,00% e 90,00%, respectivamente.

O resultado é estatisticamente significativo quando o p-valor encontrado na amostra é menor que os níveis de significância definidos, dessa forma, quando o p-valor for menor que níveis significância aceitos para este estudo, rejeitamos a hipótese nula e aceitamos a hipótese alternativa.

Para a realização do teste de ANOVA, as companhias foram divididas em 4 grupos de acordo com a quantidade de PAAs reportados nos relatórios de auditoria. O Quadro 9 apresenta a divisão das entidades e os critérios utilizados para classificação.

Quadro 9 – Divisão das empresas em grupos para a realização do teste de ANOVA

Grupos	Quantidade de PAAs por relatório de auditoria	Quantidade de Empresas
Grupo 1	1	11
Grupo 2	2	22
Grupo 3	3	11
Grupo 4	4 e 5	15

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme verifica-se no Quadro 9, o Grupo 1 conta com 11 empresas que apresentaram apenas um PAA cada, o Grupo 2 com 22 entidades com 2 PAAs, o Grupo 3 com 11 companhias com 3 PAAs mencionados e o Grupo 4 com 15 empresas com 4 ou 5 PAAs contemplados.

A empresa Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. que apresentou relatório de auditoria modificado, por abstenção de opinião, foi desconsiderada para análise estatística, devido ao seu relatório não possuir nenhum assunto reportado como PAAs.

Antes de analisar os resultados das Tabelas, alguns esclarecimentos devem ser feitos:

- a) O grau de liberdade (gl) Entre Médias é o número de grupos menos 1;
- b) O gl Dentro dos Grupos é a soma dos gl individuais;
- c) O gl total é o tamanho da amostra menos 1;
- d) Por se tratar de dados com números muito grandes, foi utilizado o logaritmo de base decimal para a realização dos cálculos.

A Tabela 10 evidencia os resultados estatísticos do teste de ANOVA nos indicadores financeiros.

Tabela 10 – Análise de Variância de um Fator em indicadores financeiros

Indicadores Financeiros						
	Origem da Variabilidade	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Variância do Quadrado Médio	Razão F	p-valor
Liquidez Geral	Entre Médias	3,943919297	3	1,314639766	1,6137	0,1967
	Dentro dos Grupos	44,80645221	55	0,814662768		
	Soma Total	49,2796533	58			
Liquidez Corrente	Entre Médias	10,45799518	3	3,485998394	2,0402	0,1189
	Dentro dos Grupos	93,97510982	55	1,70863836		
	Soma Total	105,6476705	58			
Liquidez Imediata	Entre Médias	1,13518548	3	0,37839516	1,2927	0,2861
	Dentro dos Grupo	16,09967212	55	0,292721311		
	Soma Total	17,41379528	58			
Endividamento	Entre Médias	1,587366622	3	0,529122207	1,6220	0,1948
	Dentro dos Grupos	17,94206732	55	0,326219406		
	Soma Total	20,17933188	58			

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da Tabela 10, verifica-se que o índice de Liquidez Geral apresentou p-valor de 0,1967, maior que os níveis de significância estatisticamente aceitos para o estudo de 0,01, 0,05 e 0,10. Sendo assim, a hipótese nula (H0) deve ser aceita.

O índice de Liquidez Geral também indicou p-valor maior que níveis de significância estabelecidos. Outra vez, o resultado encontrado não é estatisticamente significativo, de modo que a hipótese nula não pode ser rejeitada.

O índice de Liquidez Imediata obteve p-valor igual a 0,2861 e mais uma vez o resultado encontrado é maior que os níveis significância aceitos, deste modo, a hipótese nula deve ser aceita.

O Endividamento Total apresentou p-valor igual a 0,1948 e novamente a hipótese que todas as médias são iguais deve ser aceita para este indicador financeiro.

Constata-se que os indicadores financeiros apresentaram resultados acima dos níveis de significância estabelecidos para o estudo. Deste modo, a hipótese alternativa, que as companhias que apresentaram melhores resultados são também aquelas que obtiveram baixo número de PAAs, não pode ser aceita. Os resultados estatísticos apontaram que a quantidade de PAAs não é um fator que exerce influência no desempenho econômico-financeiro nas empresas que compõem a amostra, por esta razão, a hipótese nula (H0) é tida como verdadeira.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÕES

A crise financeira de 2008 gerou uma certa descrença nos usuários das informações contábeis em função da não compatibilidade dos dados divulgados nos relatórios das empresas envolvidas na crise mundial com as suas realidades econômico-financeiras. Os usuários da contabilidade em geral, passaram, então, a exigir informações financeiras transparentes e detalhadas em relação às organizações, bem como questionar a qualidade da auditoria realizada nas entidades e a qualidade dos auditores independentes.

Em meio a este cenário desfavorável e com o objetivo de tornar o relatório do auditor independente mais informativo, relevante e transparente, o IAASB aprovou um novo modelo de relatório de auditoria. O novo relatório do auditor independente apresenta alterações significativas em seu formato e em seu conteúdo e, dentre as mudanças nele contidas, a inclusão dos principais assuntos de auditoria (PAAs) tem sido considerada como uma das mais importantes.

Sendo assim, o presente estudo buscou analisar quais são os motivos que levaram a comunicação dos principais assuntos de auditoria no novo relatório do auditor independente nas empresas da região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA.

Em relação ao enquadramento metodológico, a pesquisa quali-quantitativa e descritiva, se deu por meio de análise documental e auxílio de ferramentas estatísticas para análise e tratamento dos dados.

A fundamentação teórica teve como base as características da informação contábil; a auditoria independente, origem, evolução e normatização da técnica; o novo relatório do auditor independente, contexto para a mudança, alterações nas normas e adoção em outros países do mundo; as pesquisas realizadas sobre o tema e as características do mercado de capitais brasileiro.

A fim de atingir o objetivo proposto, foram analisadas as demonstrações contábeis de 60 empresas listadas que possuem suas sedes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estados que compõem a região sul do Brasil, referentes ao exercício de 2016.

A análise descritiva buscou apresentar as entidades do estudo; os motivos que levaram a comunicação dos PAAs no novo relatório do auditor independente; comparar os PAAs das empresas da região sul do Brasil com os PAAs reportados em uma gama de 546 entidades brasileiras e em um conjunto de 153 companhias do Reino Unido e verificar a distribuição dos PAAs por setor de atuação, segmento de listagem, estado e controle acionário.

Complementarmente, através do teste estatístico de ANOVA, buscou-se analisar as médias dos indicadores financeiros das entidades que apresentaram elevado número de PAAs com as entidades que apresentaram baixo número de PAAs.

Os resultados da análise descritiva apontaram que as 59 companhias que possuíram assuntos reportados como PAAs apresentaram 150 PAAs, uma média 2,54 PAA por entidade, sendo identificados 23 motivos diferentes que levaram a comunicação destes assuntos no novo relatório do auditor independente.

Os 4 motivos mais frequentes que levaram a comunicação dos PAAs e que foram citados em mais da metade dos relatórios de auditoria foram: Provisões, passivos e ativos contingentes; Avaliação do valor recuperável de ativos; Receitas e Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos.

Verificou-se que os setores de atuação que apresentaram maior média de PAAs foram Materiais Básicos, Financeiro e Outros e Utilidade Pública, com 3,00, 2,80 e 2,70 PAAs por entidade, respectivamente, ambos ficaram acima da média geral de PAAs por companhia. Provisões, passivos e ativos contingentes foi o motivo mais contemplado em 3 dos 8 setores do estudo.

Constatou-se que os segmentos de listagem Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2, que possuem os mais altos padrões de Governança Corporativa, apresentaram as maiores médias de PAAs, com 2,67, 3,22 e 3,50 PAAs por entidade, respectivamente e, foram os únicos que ficaram acima da média geral PAAs por companhia. O segmento Tradicional, por sua vez, que não conta com diferenciadas práticas de Governança Corporativa obteve média de 2,23 PAAs por empresa.

No que diz respeito a distribuição dos PAAs por estado da região sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentaram média muito próxima de PAAs, com 2,64 e 2,60 PAAs por entidade, respectivamente, sendo que, Provisões, passivos e ativos contingentes foi o assunto mais reportado como PAA nos relatórios de auditoria dos 2 estados. O Paraná obteve a menor média de PAAs da região e foi o

único que ficou abaixo da média geral, com 2,18 PAAs por empresa, contudo neste estado as principais áreas de foco foram: Ativo financeiro de concessão; Realização / Recuperabilidade dos impostos diferidos e Receitas

Observou-se também que as empresas estatais obtiveram maior número de PAAs que as entidades com controle acionário privado. Enquanto as companhias estatais apresentaram média de 3,00 PAAs por organização, as entidades de capital privado tiveram média inferior à média geral de PAAs.

Através dos resultados do teste estatístico de ANOVA, pode-se concluir que a quantidade de PAAs nos relatórios de auditoria não é um fator que influencia o desempenho econômico-financeiro das empresas. Deste modo, a hipótese nula (H_0) que as médias dos desempenhos das empresas que apresentaram baixo número de PAAs são iguais as das entidades com elevado número de PAAs, foi considerada verdadeira para as companhias que compõem o estudo.

Analisando os relatórios de auditoria independente das empresas da região sul do Brasil pôde-se perceber que as mudanças no formato e no conteúdo deixaram o relatório mais detalhado e transparente. As informações reportadas como PAAs foram aquelas que de acordo com o julgamento profissional dos auditores, foram as mais significativas durante o processo de auditoria em cada entidade e, dessa forma, o conteúdo deixou de ser padronizado, tornando-se mais relevante para os usuários das informações contábeis.

Contudo, verificou-se que algumas empresas contábeis de auditoria não observaram completamente os requisitos contidos nas novas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria. Em 2 entidades o assunto Continuidade Operacional foi reportado como PAA, quando este deveria ser abordado na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”.

Outro aspecto que chamou atenção foi o fato que companhias diferentes, auditadas pelas mesmas empresas contábeis de auditoria, apresentaram os assuntos reportados como PAA descritos da mesma forma, padronizada. Esta situação vai de encontro ao papel dos PAAs, que é de oferecer informações individualizadas para cada entidade ao invés de comuns e padronizadas como ocorria anteriormente.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Com o objetivo de o tornar o relatório de auditoria mais informativo, relevante e transparente, o IAASB desenvolveu um novo modelo de relatório do auditor independente, com alterações em seu formato e em seu conteúdo.

As normas que compõem o conjunto chamado de novo relatório do auditor independente passaram a ser adotadas, no Brasil, nas auditorias de demonstrações contábeis para os períodos que se findaram em, ou após, 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, trata-se de um assunto novo que está começando a ser abordado, e por isso ainda poucas pesquisas foram realizadas a respeito. Assim, com base neste estudo, sugere-se pesquisas com mais de um ano de utilização da norma e com outras regiões geográficas.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias**: TCC, dissertações e teses. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476831/cfi/0>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- ALEXANDRE, Reginaldo. O novo relatório do auditor independente. **Revista RI**, n. 206, set. 2016. Disponível em: <<http://www.revistari.com.br/206/1147>>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484768/cfi/0>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de contabilidade introdutória em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522485901/cfi/0!/4/4@0.00:55.7>>. Acesso em: 02 mai. 2017.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. *et al.* A adoção das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 10, n. 20, jan. 2012. Disponível em: <http://www.faap.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_20.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – ANEFAC. **Novo Relatório do auditor independente**. 2016. Disponível em: <<https://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/201652516162812.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478606/cfi/0>>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- BEUREN, Ilse Maria. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. 8. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BM&FBOVESPA – CVM. **Mercado de derivativos no Brasil**: Conceitos, produtos e operações. 1. ed. Rio de Janeiro: BM&FBOVESPA – CVM, 2015. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/Livro-TOPDerivativos.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BM&FBOVESPA. **Nasce a B3, uma empresa de infraestrutura de mercado financeiro de classe mundial.** 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/imprensa/ultimos-releases/nasce-a-b3-uma-empresa-de-infraestrutura-de-mercado-financeiro-de-classe-mundial.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

BM&FBOVESPA. **Segmentos de listagem.** 2016. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/>. Acesso em: 14 mai. 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Entendo o mercado de valores mobiliários.** 2017. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Entendendo_mercado_valores.html>. Acesso em: 14 mai. 2017.

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO – CODIM. **Novo relatório do auditor independente.** 2016. Disponível em: <http://www.codim.org.br/codim/downloads/noticias/Apresentacao_Codim_novo_relatorio.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TA 260 (R2): COMUNICAÇÃO COM OS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.** Disponível em: <<http://cfc.org.br>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TA 570:** Continuidade operacional. Disponível em: <<http://cfc.org.br>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TA 700:** Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://cfc.org.br>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TA 701:** Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Disponível em: <<http://cfc.org.br>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TA 705:** Modificações na opinião do auditor independente. Disponível em: <<http://cfc.org.br>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TA 706:** Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente. Disponível em: <<http://cfc.org.br>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC N.º 1374, de 08 de dezembro de 2011. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL. Disponível em: <<http://cfc.org.br>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 2, p. 110 - 126, mai./ago., 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/8347/a-aderencia-dos-pronunciamentos-contabeis-do-cpc-as-normas-internacionais-de-contabilidade>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.101>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

DELOITTE. Guia de demonstrações financeiras exercício de 2016. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/audit/Guia%202016.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2017.

FINANCIAL REPORTING COUNCIL – FRC. **Extended auditor's reports: A review of experience in the first year**. 2015. Disponível em: <<https://frc.org.uk/Extended-auditors-reports.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478408/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro Roberto. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502206328/cfi/0>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/CMPGPT.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. **Apoio da IFAC a um conjunto único de normas de auditoria**: auditorias de entidades de pequeno e médio porte. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/downloads/pdf/policyPositionPaper_2_Final.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2017.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. 6ª Conferência do Ibracon. **Revista Transparência**, ano 6, n. 23, set. 2016.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. **Ibracon divulga estudo inédito sobre os principais assuntos de auditoria**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. **Novo relatório do auditor, transparência e compromisso com a sociedade.** Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=3979>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

KPMG. **Novo relatório do auditor.** Disponível em: <<https://home.kpmg.com/br/pt/home/servicos/auditoria-asseguracao/novo-relatorio-auditor.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa.** 3. ed. atualizada e revisada. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488032/cfi/0>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

LONGO, Claudio Gonçalo. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522493210/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498871/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Acesso em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.00>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480593/cfi/0>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

OLIVEIRA, Patrícia Alves de. **As mudanças no relatório do auditor independente em resposta as expectativas de mercado: um auxílio na delimitação de sua responsabilidade?** 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/1618/1/Patricia%20Alves%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de Contabilidade Internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap – Teoria e prática.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522469918/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008531/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.107>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD – PCAOB. **About the PCAOB**, 2017. Disponível em: <<https://pcaobus.org/About>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

PwC. **Demonstrações financeiras e sinopses normativa e legislativa: guia** 2016/2017. 26. ed. São Paulo: PricewaterhouseCoopers, 2016. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/guia-demonstracoes-financeiras/assets/guia-demonstracoes-financeira-16.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Contabilidade básica**. São Paulo. Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489619/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Auditoria fácil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502213487/cfi/0>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502202016/cfi/0>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

ROCHA, Daniela. Contagem regressiva para o novo relatório de auditoria. **Revista RI**, n. 207, out. 2016. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/mercado/artigos_mercado/281116-revista-ri-contagem-regressiva-para-o-novo-relatorio-de-auditoria.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança corporativa nas empresas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008920/cfi/6/2>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

STUART, Iris C. **Serviços de auditoria e asseguração na prática**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553079/cfi/0>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

TORO RADAR. **Mercado de capitais: o que é e como funciona**. Disponível em: <<https://www.tororadar.com.br/blog/mercado-de-capitais-o-que-e-e-como-ele-funciona>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

TREVIZAN, Karina. **Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico**. G1, 2017. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521634256/cfi/6/48!/4/22/2@0:0>>. Acesso em: 15 out. 2017.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – empresas com sedes na região sul do Brasil listadas na BM&FBOVESPA.....	75
--	----

**APÊNDICE A – EMPRESAS COM SEDES NA REGIÃO SUL DO BRASIL
LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

(continua)

Ordem	Empresas	Estado
1	Altus Sistemas de Automação S.A	RS
2	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A	RS
3	Celulose Irani S.A	RS
4	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	RS
5	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT	RS
6	Companhia Habitasul de Participações	RS
7	Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. - CONCEPA	RS
8	CONSERVAS ODERICH S.A.	RS
9	Dimed S.A. – Distribuidora de Medicamentos S.A	RS
10	Excelsior Alimentos S.A.	RS
11	Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento	RS
12	Forjas Taurus S.A	RS
13	Fras-le S.A.	RS
14	Gerdau S.A.	RS
15	GRAZZIOTIN S/A	RS
16	JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações	RS
17	Lojas Renner S.A.	RS
18	Marcopolo S.A.	RS
19	Metalúrgica Gerdau S.A.	RS
20	Minupar Participações S.A.	RS
21	PANATLÂNTICA S.A.	RS
22	PETTENATI S.A. Indústria Têxtil	RS
23	Randon S.A. Implementos e Participações	RS
24	Recrusul S.A.	RS
25	RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	RS
26	Rio Grande Energia S.A.	RS
27	SLC Agrícola S.A.	RS
28	Trevisa Investimentos S.A.	RS
29	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	RS
30	BRF S.A.	SC
31	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	SC
32	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A - CASAN	SC
33	Cia. Hering	SC
34	Cremer S.A.	SC
35	Döhler S/A.	SC
36	Electro Aço Altona S/A	SC
37	Engie Brasil Energia S.A.	SC
38	Karsten S.A	SC
39	Lojas Hering S.A.	SC
40	METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.	SC

(conclusão)

41	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	SC
42	PBG S.A.	SC
43	POMI FRUTAS S.A.	SC
44	Schulz S.A.	SC
45	Statkraft Energias Renováveis S.A.	SC
46	Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A.	SC
47	Têxtil Renauxview S/A	SC
48	Tupy S.A.	SC
49	WEG S.A.	SC
50	Wetzel S.A	SC
51	Battistella Administração e Participações S.A.	PR
52	Companhia Paranaense de Energia - COPEL	PR
53	Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	PR
54	Cinesystem S.A.	PR
55	Dtcom Direct to Company S.A.	PR
56	Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte	PR
57	INEPAR S.A. Indústria e Construções	PR
58	Metalgráfica Iguaçu S.A.	PR
59	Ouro Verde Locação e Serviço S.A.	PR
60	Paraná Banco S.A.	PR
61	Positivo Informática S.A.	PR
62	Rumo S.A.	PR
63	TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A	PR

Fonte: Elaborado pela autora.